

1
2
3
4

5 Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e quinze, no Auditório Professor Jorge Calmon – Ed.
6 Jutahy Magalhães, Assembleia Legislativa da Bahia - Centro Administrativo da Bahia, com as presenças
7 dos senhores membros do Conselho Estadual da Saúde: Ricardo Luiz Dias Mendonça - Presidente,
8 Ângela Macedo Magalhães, Ângela Marques Rosa Reis, Célia Maria Alexandria de Oliveira, Déborah
9 Dourado Lopes, Edson Morais de Oliveira, Eliane Araújo Simões, Fernando Antônio Duarte Dantas,
10 Francisco José Sousa e Silva, José Silvino Gonçalves dos Santos, Josivaldo de Jesus Gonçalves, Lílian
11 Fátima Barbosa Marinho, Liliane Elze Falcão Lins Kusterer, Luiz Américo Pereira Câmara, Marcos
12 Antonio Almeida Sampaio, Rosa Beatriz Graça Marinho, Walney Magno de Souza (Conselheiros
13 Titulares). Antônio do Lago de Souza, Antônio Marcos Almeida Sampaio, Célia Silva Pereira, Cícero
14 Figueiredo Ribeiro, Ivonildo Dourado Bastos, Jorge Geraldo de Jesus Rosário, Lázaro Ribeiro de Souza,
15 Leonídia Laranjeira Fernandes, Lourani Maria Carneiro, Maria do Carmo Brito de Morais, Paulo Sérgio
16 Pereira Costa, Roberto Lima Machado, Waldir Cerqueira dos Santos, (Conselheiros Suplentes), e Arão
17 Capinam de Oliveira para a reunião do CES/BA. Às nove horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor
18 Presidente saudou a todos, como ainda não havia quorum franqueou a palavra para que os conselheiros
19 fizessem os informes das suas entidades. A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho informou que
20 havia escutado no rádio um médico de Camaçari dizendo que estava há dois meses sem receber salários
21 da Fundação Estatal. Quem estava falando era um médico, mas obviamente se os médicos estavam sem
22 receber os outros profissionais também deveriam estar na mesma situação e o conselho precisava saber o
23 que estava havendo. Se a Fundação Estatal não estava recebendo e por isso não estava pagando ou se está
24 recebendo e não estava pagando, era importante, pois as questões pertinentes à assistência à saúde no
25 estado da Bahia diziam respeito ao CES, então, era interessante pontuar isso. A Conselheira Ângela Rosa
26 Marques Reis informou que a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS - RNP junto com o
27 Centro Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa – CEDAP, no dia 1º de dezembro faria um
28 abraço coletivo, bem como uma caminhada no Campo Grande, no Dia de Luta Contra a AIDS. O
29 Conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves informou que faria um questionamento ali, aproveitando o
30 Conselheiro Ivonildo presente representando o governo, e gostaria de obter uma resposta mesmo que não
31 fosse naquele momento, mas, que fosse respondido até o dia seguinte, a respeito de um contrato
32 emergencial firmado entre a empresa LC e a SESAB para contratação de funcionários terceirizados.
33 Porém, havia um mês em que a referida empresa havia fechado esse contrato e até aquele dia não havia
34 pago os salários nem depositado o transporte dos seus funcionários. Quando se ligava para a LC, esta
35 dizia não saber quando pagaria a esses servidores, e se estes dissessem que não iria trabalhar porque não
36 tinha o dinheiro para pagar o transporte, era punido. Entretanto, seria preciso cobrar dessa empresa, uma
37 vez que se tratava de um contrato emergencial, já estava havendo licitação para uma nova empresa, daqui
38 a pouco venceria esses três meses, entrava uma nova empresa e os trabalhadores ficariam no prejuízo,
39 pois era costume dessas empresas contratadas pelo Estado dar golpe nos trabalhadores. “Gostaria de ter
40 essa resposta se possível hoje, senão até amanhã, pois em outras reuniões que questionei não foi
41 respondido.” Comentou sobre a vacina canina, em que na última reunião havia sido colocada a situação
42 de Itabuna. Tinha sido debatida a situação do desabastecimento da vacina, não somente a canina, mas
43 outras vacinas, porém, a diretora do setor de vigilância epidemiológica já havia lhe comunicado que o
44 Estado tinha fornecido 100 doses no final do mês passado, estava sendo feito um bloqueio no município,
45 tanto na cidade quanto na zona rural e foi colocado dois postos para atender até janeiro, já que no ano de
46 2015 não teria campanha nacional e o Estado estava com a proposta de fazer essa campanha no primeiro
47 mês de 2016, porquanto essas vacinas dariam para atender até janeiro. Informou ainda que no dia anterior
48 no Conselho Municipal de Saúde de Itabuna foi discutida a questão dos consórcios, já que uma região ali
49 havia começado a se movimentar, e para que não ficasse para trás o referido conselho havia começado a
50 discussão a respeito dos consórcios, com a presença da Comissão Intergestores Regionais – CIR e da
51 Associação Regional dos Prefeitos da Região Cacaueira. O Senhor Presidente solicitou que o Conselheiro
52 Josivaldo encaminhasse por escrito qual a unidade da denúncia, para que a mesa encaminhasse à gestão, a
53 fim de que a mesma se pronunciasse a respeito da empresa LC. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida
54 Sampaio informou que havia feito um ofício narrando a situação em que passou no Conselho Curador da
55 BAHIAFARMA e solicitando uma posição do CES. Fez a leitura do ofício: “venho por meio deste
56 solicitar providência referente ao episódio que ocorreu na reunião ordinária do referido Conselho Curador
57 a realizar-se no dia três de novembro de dois mil e quinze, às dez horas, na sala de reunião do Gabinete do
58 Secretário da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, no Centro Administrativo, terceiro andar, com os
59 seguintes pontos de pauta: desempenho da BAHIAFARMA; evolução dos trabalhadores desenvolvidos

60 pela BAHIAFARMA; visita do governador à Europa; aumento do portfólio imediato; possibilidades de
61 assistências e demandas extraordinárias e demais assuntos. Ao chegar ao local da reunião, depois de ter
62 recebido ligações da fundação me convocando para reunião e receber por meio eletrônico um comunicado
63 para participar da referida reunião, fui convidado sem nenhum motivo aparente ou mecanismo legal a me
64 retirar da sala pelo presidente do Conselho Curador, secretário da saúde do estado da Bahia, Sr. Fábio
65 Vilas-Boas. Ao questionar qual dispositivo legal que dava poder ao mesmo para que solicitasse a minha
66 saída da reunião, o mesmo virou para mim em alto e bom som e falou: ‘Sou presidente deste conselho e
67 assim determino’. Voltei a insistir pelo regimento e qual dispositivo legal autorizava o mesmo a me levar
68 ao constrangimento de me retirar, me colocando para fora da sala na frente de membros do Conselho
69 Curador que estavam lá presentes. O secretário pediu à sua assessoria o regimento, e ficou visível a
70 dificuldade naquele momento da sua disponibilidade, tendo somente como saída a afirmação que ele era o
71 presidente e assim determinava. O constrangimento foi tamanho que o conselheiro membro titular,
72 Walney Magno de Souza se colocou solidário, viu a minha condição e decidiu que deveríamos de fato
73 sair e colocar uma posição de descontentamento. Chegamos lá, dialogamos e achamos que essa seria a
74 melhor saída.’ Disse que pesquisando não teve acesso ao regimento mesmo pedindo em outras reuniões,
75 pois tanto ele quanto o Conselheiro Walney havia solicitado, oficializado o pedido nas reuniões, mas não
76 tiveram acesso. Depois de pesquisar teve acesso a uma cópia da Lei 11.371 de 04 de fevereiro de 2009,
77 sendo a única legislação que tratava do funcionamento, já que o regimento nunca foi aprovado pelo
78 Conselho Curador, a fundação não possuía um regimento, ela possuía a lei de criação e o regimento seria
79 ainda votado. Desde a criação teria que ter esse regimento e nunca foi feito, o que também dava a
80 entender que era uma concentração de poder, pois o regimento iria regulamentar vários funcionamentos,
81 não tendo regimento acabava concentrando o poder na diretoria e no Conselho Curador. “Nunca foi
82 votado e aprovado pelo conselho e nesse mesmo dia foi modificado da Assembleia Legislativa, depois
83 sancionado pelo governador se tornando a Lei 13453 de 06 de novembro de 2015, mas que a mesma diz o
84 seguinte: nos quesitos que não impedia a minha permanência permanece a mesma coisa, não modificou,
85 mesmo mudando a lei.” Informou que o artigo 9º dizia que o Conselho Curador, órgão superior de direção
86 será presidido pelo secretário da saúde e composto por nove membros, titulares e suplentes, nomeados
87 pelo governador, assegurada a participação do Conselho Estadual, com exceção do secretário, no inciso
88 dois, membro nato do Conselho Curador, todos os demais titulares e suplentes terão mandato de dois anos
89 permitida a recondução. O artigo 5º falava que é exercício da função de membro do Conselho Curador,
90 será remunerado conforme dispuser o estatuto. No anterior dizia que era pró-labore, agora remuneração.
91 No inciso 4º dizia também que é permitido a participação da diretoria executiva da BAHIAFARMA nas
92 reuniões do Conselho Curador, com direito a palavras, sem direito a voto, já que o membro da diretoria
93 que quisesse participar teria esse direito, então, como conselheiro suplente não teria nenhum impedimento
94 para ele. Colocou ainda que no documento dizia: exime-se da responsabilidade dirigente que faça
95 consignar sua divergência em ata de reunião do Conselho Curador da diretoria executiva, não sendo
96 possível dar ciência à secretaria. E o artigo 6º era o que reforçava a sua permanência no Conselho
97 Curador, pois dizia que os membros do Conselho Curador respondem pelos danos resultantes da omissão
98 do cumprimento dos seus deveres, de atos praticados, com culpa, dolo ou violação do estatuto. Disse não
99 haver encontrado nenhum artigo que de fato causasse algum tipo de impedimento da sua permanência, ao
100 contrário, a lei o reconhecia como membro e reforçava a responsabilidade que ele tinha mesmo como
101 membro suplente, o que reforçava o seu direito de participar e opinar. “Naquele momento, mesmo depois
102 que o Conselheiro Walney saiu junto comigo, espertamente houve uma votação lá para caracterizar que
103 foi o Conselho Curador que tomou a decisão. Primeiro me colocaram para fora, depois fizeram uma
104 votação para caracterizar que não foi uma ação isolada do presidente, mas do conselho. Mesmo assim não
105 era algo omisso, o regimento já me garantia permanência.” Colocou que tal situação havia lhe levado ao
106 constrangimento e humilhação, se sentindo discriminado, já que ele e o Conselheiro Walney eram os
107 únicos membros que não representavam a gestão do Estado e sim o controle social. “Como negro também
108 vi como uma posição de querer demonstrar que ali não era o lugar que deveria estar, e diante de tudo isso
109 solicito que seja levado ao pleno um pedido de retratação a este conselho, uma vez que estava lá
110 representando o conselho, eleito neste pleno, e solicito também que sejam tomadas medidas cabíveis, a
111 fim de assegurar a minha participação em outras reuniões. Se isso aconteceu presencialmente, imagine o
112 que vai acontecer, até para não ter informação de quando terá a reunião, para garantir que não fiquemos
113 nem sabendo.” Disse que tomaria as medidas judiciais e particulares junto ao Ministério Público, já estava
114 ciente das medidas que poderia adotar, mas o CES também não poderia ficar omisso diante daquele
115 acontecimento, por se tratar de uma vontade e capricho do gestor, onde na reunião do Conselho Curador
116 só ficava quem ele achava que deveria. O Senhor Presidente informou que apesar de não haver quórum na
117 reunião anterior, havia chegado a informação sobre o que havia acontecido na reunião da
118 BAHIAFARMA e a mesa já havia tomado encaminhamento. Solicitou toda a documentação, pois o
119 regimento e a legislação ele já tivera acesso. Disse que a partir do momento em que o conselheiro tomava

120 posse em qualquer conselho, independente de ser titular ou suplente, ele tinha a questão da
121 responsabilidade civil. A única diferença entre conselheiro titular e conselheiro suplente era a questão do
122 voto. Portanto, já havia a solicitação para que o presidente do Conselho Curador esclarecesse os fatos
123 ocorridos, a mesa iria direcionar no momento certo e levar para o pleno tomar uma posição acerca dos
124 representantes do CES no Conselho Curador da BAHIAFARMA, e que de fato, a partir daquele momento
125 fosse garantida a participação, não somente nas reuniões, como anterior às mesmas com a entrega de todo
126 o material para que os conselheiros tivessem acesso, até porque se verificou que a BAHIAFARMA não
127 tinha reunião contínua das suas atividades para o Conselho Curador deliberar a sua política de saúde. No
128 entanto, faria esses questionamentos, bem como outros com relação também ao entendimento de que
129 reunião do Conselho Curador da BAHIAFARMA não poderia ser na SESAB, mas na própria instituição.
130 “Temos que ver tudo isso na legalidade, estaremos fazendo esse questionamento e solicitando ao
131 Conselho Curador que melhore as suas práticas de boa governança, pois não estão adequadas a
132 determinadas situações.” O Conselheiro Waldir Cerqueira dos Santos informou que nos dias 21 e 22 de
133 outubro de 2015 houve eleição no SINDSAÚDE Rede Privada, sendo chapa única com renovação, aceito
134 pela maioria dos trabalhadores. Comentou sobre a alteração da administração do Hospital Dantas Bião em
135 Alagoinhas, um hospital referência naquela região. A empresa que administrava anteriormente, o Monte
136 Tabor, Hospital São Rafael havia deixado o hospital sem pagar os salários dos trabalhadores nem
137 rescisões contratuais. Segundo a empresa não houve o pagamento das faturas por parte da SESAB,
138 entretanto, a nova empresa que assumiu o referido hospital já administrava precariamente o Hospital
139 Manoel Victorino e a unidade do bairro de São Caetano, e além de diminuir o salário dos trabalhadores
140 diminuiu também o número deles precarizando com isso o atendimento na região, causando uma
141 confusão. Solicitou uma resposta da SESAB diante desse caos e acerca dessa empresa que não
142 administrava muito bem na capital e ganhava de presente um hospital de referência, o Hospital Dantas
143 Bião. “Foram demitidos cerca de quinhentos e cinquenta trabalhadores, através de um acordo que o
144 sindicato tem conseguido de readmissão, sendo readmitido cerca de quatrocentos trabalhadores, foram
145 demitidos cento e cinquenta e tem mais para serem demitidos. Não é somente a questão dos
146 trabalhadores, mas o atendimento à população de Alagoinhas com a precarização e diminuição dos
147 setores de trabalho. Isso vem acontecendo a longo tempo, sendo denunciado neste conselho, e cada vez
148 mais somos surpreendidos com essas decisões.” O Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara informou
149 que havia entrado com uma denúncia junto ao Tribunal de Contas do Estado – TCE com relação à
150 situação contratual da Unidade de Pronto Atendimento – UPA do Subúrbio, chamada UPA de Escada e a
151 SESAB. “Sentamos com uma representação do TCE que tem alguns indícios de irregularidades e
152 estaremos encaminhando para o conselho.” Comentou que havia um grande elefante na sala do CES e do
153 controle social, que era a postura tomada pela gestão com relação ao controle social. Disse que não
154 estavam sendo vistos fatos isolados, mas um acúmulo de fatos que vinha se desenrolando que
155 caracterizava a falta de respeito e de reconhecimento da gestão com o controle social. Disse ainda que
156 dentre os fatos havia a forma como foram conduzidos os consórcios de saúde, que até aquele momento
157 não teve um debate aprofundado, passando pela organização da Conferência Estadual de Saúde, que
158 claramente o executivo não havia se empenhado em dar o melhor ou foi incompetente, não teve o
159 interesse suficiente em fazer algo bem organizado, foi o que havia presenciado lá, a forma como foi feita
160 a retirada da colega Déborah Dourado, uma forma autoritária, truculenta, utilizando métodos que
161 lembravam o carlismo; e mais recentemente a questão do Conselheiro Marcos ter sido retirado da
162 BAHIAFARMA. “Como sindicalista, cheiro de longe o que é uma retaliação, e o que aconteceu com
163 Déborah Dourado e Marcos Sampaio claramente foi uma retaliação à postura crítica desses colegas com
164 relação à gestão. Temos que tratar esses fatos como realmente são, uma retaliação que dentro do contexto
165 maior é a incapacidade da gestão conviver com o contraditório, com as opiniões contrárias, e em vez de
166 travar um debate de ideias parte para subjugar, retirar aqueles que não pensam igual.” A Conselheira
167 Liliane Elze Falcão Lins Kusterer comentou que manifestava sua solidariedade com relação ao fato
168 ocorrido com a Conselheira Déborah, com o Conselheiro Marcos, e pensava que o CES tinha que se
169 posicionar em respeito a isso. Informou que havia uma comissão na Universidade Federal da Bahia -
170 UFBA que discutira a questão da Auditoria da Dívida, e na segunda-feira, dia 23 de novembro, às 19
171 horas na Reitoria da UFBA, a Maria Lúcia Fattorelli estaria falando sobre a dívida e o ajuste fiscal. Havia
172 a importância de se empoderar com relação à Auditoria da Dívida, uma vez que o ajuste fiscal estava
173 caindo em cima dos trabalhadores, dos seus direitos constitucionais em relação à saúde, educação, e era
174 um espaço de empoderamento para que se pudesse melhorar a atuação como controle social. O
175 Conselheiro Antônio do Lago de Souza colocou que seria preciso que o Estado respeitasse o Conselho
176 Estadual de Saúde como um órgão de controle e o controle social, fazendo parte da democracia
177 participativa. Não poderia haver represálias a qualquer conselheiro que tivesse um pensamento divergente
178 daquele que não comungava com a gestão. Eram representantes da sociedade e deviam ter respeito em
179 todas as áreas em que estivessem representando o Conselho Estadual de Saúde, que foi o caso do

180 Conselheiro Marcos que estava lá representando o CES. Não foi ele o agredido nem repudiado, mas o
181 Conselho Estadual de Saúde. “Fomos todos agredidos naquela atitude insana proferida pela gestão, então
182 teremos que tomar uma atitude, ver qual caminho iremos adotar. Iremos entrar com uma representação no
183 Ministério Público, iremos publicar uma nota ou moção de repúdio a essa atitude? Teremos que fazer uma
184 avaliação interna aqui, uma vez que todos aqui foram agredidos, o Conselho Estadual de Saúde, não é
185 simplesmente achar que foi um fato isolado. Devemos dar uma resposta ontem, uma moção de repúdio a
186 essa atitude da gestão. O governo do Estado precisa saber que o CES está aqui para fiscalizar e deliberar
187 no que for para o bem estar de todos e não de alguns segmentos, mas daquele que mais precisa, que está
188 na atenção básica, na unidade básica, nas emergências, pois não estamos aqui para defender o patrimônio
189 particular, mas de todos, que é o Sistema Único de Saúde.” Propôs que fosse feita uma moção de repúdio
190 a essa atitude do Estado contra o Conselho Estadual de Saúde, pois este precisava ser respeitado, uma vez
191 que não era ali uma figura decorativa, mas pessoas atuantes que mereciam respeito. Citou a falta de um
192 local fixo para o CES fazer o seu trabalho, o que era outro fato que demonstrava a falta de respeito da
193 gestão com o controle social. “Estamos agora em uma sala, em um quadradinho, e daqui a pouco
194 estaremos em um anexo no subsolo da Secretaria. Então, precisamos de fato acordar para a vida senão
195 seremos sufocados por esse modelo, lembrando a era da malvadeza, pois é o que estamos revivendo na
196 Bahia, como fizeram com a nossa colega Déborah Dourado, uma conselheira atuante que sempre
197 defendeu os princípios do SUS, uma técnica competente, eficiente, que foi eliminada do CES pelo fato de
198 não comungar com o pensamento do secretário. Não concordamos, precisamos tomar uma atitude aqui
199 enquanto CES, não aceitamos a saída da Conselheira Déborah Dourado, a Central de Trabalhadores e
200 Trabalhadoras do Brasil - CTB não aceita a saída de nenhum conselheiro, ainda mais da forma como foi
201 feita. Temos que sair de forma democrática, por isso que vai haver a eleição. Se houver eleição sim,
202 haverá a mudança natural que é o processo democrático. Repressão não combina com democracia, é isso
203 que a gestão precisa compreender de todos aqui que somos conselheiros.” Propôs também uma moção de
204 repúdio à saída da Conselheira Déborah Dourado. O Senhor Presidente comunicou que no entendimento
205 da mesa a Conselheira Déborah continuava no mandato. Havia recebido a comunicação do Ministério da
206 Saúde, mas ela continuava no mandato. Iria ser oficializado ao Ministério da Saúde, até porque este tinha
207 algumas normas em que os nomes que foram indicados não poderiam ser conselheiros estaduais de saúde.
208 Comentou que não havia nenhum documento comprobatório que a gestão encaminhou e seria preciso
209 cuidado com o fato de ter havido algum pronunciamento, uma vez que não havia nada escrito. Havia uma
210 substituição de representação solicitando a retirada de uma representação do Ministério da Saúde. Disse
211 que comungava com a fala do Conselheiro Antônio Lago com relação ao ocorrido na BAHIAFARMA, a
212 mesa iria analisar e no momento certo tinha a certeza que faria a moção de repúdio, mas seria preciso
213 também ouvir o que aconteceu para que fosse dado um caminho na sua linha do tempo correto. A
214 Conselheira Eliane Araújo Simões declarou que aquele momento para ela estava sendo angustiante,
215 estava com uma inquietude muito grande, os companheiros que lhe antecederam já havia feito suas falas e
216 o conselho estava em solidariedade com todas as situações que foram colocadas ali. Seria preciso uma
217 reflexão sobre a chamada democracia participativa. Via que havia um descompasso no CES com relação
218 à participação cidadã na formulação da política, no acompanhamento da política de saúde, para isso os
219 conselheiros estavam ali participando e eram representantes do controle social, dessa participação social
220 que estava garantida na Lei 8142/90. “Somos ou não somos uma instância participativa? O que está
221 acontecendo? Temos ou não temos condição de acompanhar e direcionar essa política pública? Há uma
222 dificuldade, e essa dificuldade precisa ser sanada, temos uma responsabilidade, percebemos que há um
223 cotidiano autoritário dentro desse Conselho Estadual de Saúde. O diálogo precisa acontecer, nossa
224 conversa não pode ser lixo, nossa linguagem tem que ser de entendimento, de compreensão.” Disse que a
225 participação popular não deveria se limitar ao campo de opiniões, consultas e aconselhamentos, pois o
226 conselho tinha um poder deliberativo, a democracia participativa estava associada a uma democracia
227 deliberativa e para isso estavam ali dentro do CES. Para que essas duas coisas caminhassem juntas seria
228 preciso que acontecesse o diálogo, estava faltando diálogo dentro do Conselho Estadual de Saúde. O
229 Conselheiro Luiz Américo falava do conviver com o contraditório e seria preciso aceitar esse
230 contraditório. Para isso o conselho teria que dialogar e argumentar, para que todas essas situações fossem
231 resolvidas dentro desse consenso. “Temos uma responsabilidade política, porque somos representantes,
232 temos aqui desse fórum o governo em função da SESAB, somos aqui representantes e temos que dar
233 respostas aos governados e aos representados. Essa resposta é a nossa luta aqui dentro, é esse diálogo,
234 essas argumentações, são as nossas posições que precisam ser respeitadas. Vivemos em um momento de
235 democracia, então, é imperativo responder pelo cuidado das pessoas as quais estamos aqui lutando por
236 uma saúde melhor. Se dizemos não, é porque aquilo não nos interessa, não é interesse da comunidade a
237 qual representamos. Não quero ser esnobe, mas quero lembrar aqui, o filósofo me perdoe, não é
238 esnobismo, Montesquieu era um francês, filósofo, pensador, preocupado com as questões do poder dos
239 reis. Não vivemos mais esse tempo, mas está nos preocupando o abuso de poder aqui dentro. Vamos

240 sentar e conversar, vamos dialogar, porque a situação é problemática. O Conselheiro José Silvino
241 Gonçalves dos Santos colocou que denunciava ali o desmonte do controle social dentro da Secretaria de
242 Saúde. Isso deveria ter uma finalidade, não era à toa, deveria haver um propósito. Mencionou que o
243 Conselheiro Marcos poderia contar com ele no que fosse necessário, para que esse assunto fosse
244 esclarecido e as coisas fossem postas em seus devidos lugares. Demonstrou sua solidariedade à
245 Conselheira Déborah Dourado por conta da sua importância dentro do controle social, uma militante e
246 defensora do SUS. Ainda que tivesse uma participação no HUPES, no comitê gestor, que foi sondado
247 para ver a possibilidade de lhe tirar do CES, mas ele foi informado que não era funcionário do HUPES,
248 pois certamente se fosse funcionário do hospital não estaria mais no CES. “Foi surpreendida a pessoa que
249 consultou no HUPES para ver qual a minha representação para que pudesse ser tirado do conselho. É uma
250 denúncia que estou fazendo aqui, pois é um assédio, perseguição ao conselho, a quem se demonstra
251 contrário a uma gestão que está aí.” Informou que no dia 04 de novembro, o governador Rui Costa havia
252 lançado o Projeto Pacto Pela Vida, com a finalidade de resgatar pessoas que viviam no mundo das drogas,
253 que foram empurrados para esse mundo. Informou ainda sobre a sua visita ao Hospital Juliano Moreira e
254 ao Hospital Mário Leal. Visitava as prisões, as cadeias, e os referidos hospitais tinham uma semelhança
255 muito grande com os presídios que visitava, chegando muitas vezes a ser pior. Havia presenciado uma
256 pessoa que estava internada juntando as fezes com uma quentinha que tinha usado depois do almoço.
257 Disse que as pessoas dentro do Hospital Juliano Moreira eram tratadas de forma perversa e desumana, era
258 uma falta de compromisso com a vida, com as pessoas. “Como tenho essa experiência de conhecer o
259 sistema prisional e fazer essa comparação, vejo que no Hospital Juliano Moreira é pior de que uma prisão
260 perversa.” Informou também que o grupo condutor constituído no CES com a finalidade de acompanhar a
261 saúde dentro do sistema prisional estava tendo uma dificuldade imensa para fazer seus trabalhos, não
262 tinha um local para se reunir, havia mais de um ano que o pacto foi assinado junto ao Ministério da Saúde
263 e Ministério da Justiça, e a saúde ainda não foi alcançada. Comentou que alguns municípios tinham
264 presídios e uma co- gestão, esses municípios continuavam recebendo incentivo para fazer a gestão da
265 saúde do sistema prisional dos seus municípios, o que era uma contradição, estava recebendo recurso por
266 duas vias quando ele já foi contratado para resolver o serviço. Disse que nos dias 17 e 18 de novembro
267 haveria uma visita em Minas Gerais, onde tinha um modelo de prisão diferenciado chamado APAC, um
268 modelo que possibilitava ressocializar as pessoas e reinseri-las no contexto familiar e social. Ressaltou
269 que a decisão não seria depois, aquele pleno estava sempre esclarecido do que estava ocorrendo, como o
270 desmonte do conselho e as violações dos direitos das pessoas ali dentro também. Portanto, não seria
271 aguardado outro momento, os conselheiros estavam conscientes disso e a proposta colocada pelo
272 Conselheiro Lago era pequena, o Conselheiro foi tímido na sua proposta, uma moção de repúdio era
273 pouco, poderiam pensar em algo maior, como uma representação no Ministério Público Federal, na
274 justiça, e determinar a saída de uma resolução do CES. “Fomos agredidos de maneira violenta dentro
275 dessa gestão.” O Senhor Presidente comunicou que estava usando uma prática, até porque não havia
276 quórum ainda, de fazer a questão dos informes, porque no regimento constava somente dez conselheiros
277 para fazerem os informes. Como a mesa entendia que todos que iam ali tinham informes de suas
278 entidades e ali era o espaço democrático dos conselheiros fazerem suas colocações, reivindicações e
279 informes, tinha usado esse procedimento, em que antes de começar a reunião abrir para todos falarem, até
280 porque ficava registrado em ata. A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira informou que o
281 SINDPREV estava em processo eleitoral, por isso estava tomando muito o seu tempo político. Declarou a
282 importância do Conselho Estadual de Saúde resgatar a sua identidade. O ano de 2015 havia sido atípico,
283 as representações tiveram dificuldades em estar colocando suas pautas em relação ao papel de cada
284 representante ali no CES. Este não era um conselho homologador, mas eram conselheiros que se
285 posicionavam em relação ao controle social. Propôs que se tivesse pautas propositivas que pudessem
286 encaminhar suas demandas que de certa forma estavam paralisadas diante dos últimos acontecimentos.
287 Acreditava que os conselheiros que lhe antecederam fizeram de forma politicamente correta, a mesa
288 estava conduzindo a questão com a necessária precaução, inclusive de ouvir a outra parte que se tratava
289 também de um conselheiro do CES, e que a partir daí se pudessem tomar os devidos posicionamentos,
290 mas ouvindo a todos. Comentou sobre a fala da Conselheira Liliane, destacando que há três anos
291 representando os trabalhadores do Estado vinha chamando a atenção para essa forma de esvaziamento do
292 Estado brasileiro, essa política de austeridade, política que retirava direitos e penalizava os seus
293 trabalhadores e trabalhadoras, a política da recessão, do desemprego, tudo isso que estava sendo
294 acompanhado, e escutar a Maria Lúcia Fattorelli era extremamente importante, em que todos os
295 conselheiros deveriam estar junto com ela. Informou que havia participado de um grupo que esteve
296 fazendo uma análise dos hospitais psiquiátricos e se sentia muito feliz pelo número maior de conselheiros
297 que havia se juntado ao grupo dentro do CES para ver a realidade dos usuários da saúde mental, não
298 somente nos hospitais, mas nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS e no Hospital de Custódia e
299 Tratamento – HCT. O Conselheiro Walney Magno de Souza informou que os povos indígenas estavam

300 em Brasília naquele dia em que sofreram um duro golpe com a aprovação da PEC 215, e o povo indígena
301 estava lá há mais de quatro dias e permaneceria por mais dez dias. Reforçou que dentre o que estava
302 acontecendo no conselho havia a questão das DIRES que não havia passado pelo mesmo. 0Na última
303 reunião havia dito que levaria a um deputado para solicitar uma reunião com membros do CES para que
304 sentassem com ele e mostrassem que não eram transparentes, porém, pensou que era muita ousadia da sua
305 parte e sugeria à mesa que fizesse isso, mas não havia deixado em branco, uma vez que estava formando
306 uma comissão com vários conselheiros estaduais, representantes do meio ambiente, representantes de
307 mulheres, cinco no total, que levaria à Assembleia Legislativa para marcar uma reunião com todos os
308 representantes da Bahia para que houvesse o dia do conselheiro no estado, se possível criar o dia do
309 conselheiro também. “Sabemos que não é somente isso, precisamos estar lá também, como o conselheiro
310 falou, é questão de diálogo e não podemos fazer de conta que isso não existe.” Com relação à
311 BAHIAFARMA, ressaltou que o presidente havia ficado de consultar sobre valores que os conselheiros
312 recebiam na instituição. O Senhor Presidente informou que precisava da documentação, legislação e
313 regimento interno para consultar os valores. O Conselheiro Marcos havia colocado ali e para ele era uma
314 novidade, que o Conselho Curador não tivesse o regimento interno voltado, então, alguns atos lá não
315 poderiam ser aprovados ou deliberados em virtude disso. Por isso estava pedindo para ter um pouco de
316 precaução, para fazer a devida moção de repúdio baseada no que regia àquela casa, no que tangia à
317 legislação. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio declarou compreender a fala do Senhor
318 Presidente, porém, o fato de ter sido como foi colocado e solicitado a sua retirada da sala já era uma
319 forma ilegal, uma vez que não havia dispositivo legal que dissesse que um conselheiro de qualquer
320 organização tivesse que se retirar de um conselho onde foi eleito. Então, isso por si só já dava subsídio
321 para que fosse tomada uma posição. As outras questões, se o conselho não fizesse ele faria, iria até o
322 Ministério Público, todas as decisões tomadas pela BAHIAFARMA sem passar pelo Conselho Curador,
323 sem ter um regimento, era passível de anulação, era uma coisa descolada, ele era representação do
324 conselho. “Ele poderia ter chegado na amizade e dito: Marcos, por gentileza, você não vai poder ficar.
325 Assim ainda não tinha o dispositivo legal que dissesse que teria que me retirar dali.” Disse que seria
326 preciso separar algumas questões, dos trâmites, daquilo que a BAHIAFARMA têm tomado, dos
327 fechamento das farmácias. Quando o Conselheiro Lago e o Conselheiro Luiz colocava ali que o conselho
328 tinha subsídio suficiente para comprovar o desrespeito, o doutor havia ido até ali e dito que não haveria
329 um consórcio assinado na Bahia sem passar pelo conselho, pediu desculpas, os conselheiros quase
330 choraram e parabenizaram ele acreditando que se tratava de um novo momento na Bahia, e no dia
331 seguinte o governador havia anunciado e assinado o consórcio. Já havia presidente de consórcio e o
332 conselho ainda estava ali. Pensava que deveriam separar as questões, uma coisa seria discutir a legalidade
333 das ações que foram tomadas e outra questão era o desrespeito que aquele conselho estava sofrendo,
334 porque o mandato já iria acabar e independente da versão que ele contasse lá e ouvisse o contraditório,
335 não havia um instrumento legal que dissesse que o conselheiro tinha que sair. Entretanto, o conselho não
336 teria que esperar o agressor dizer, e não seria encontrado na gravação, porquanto ele havia lhe colocado
337 para fora antes. “Quando criamos o constrangimento, aí disseram: vamos logo colocar na votação para
338 poder dizer lá fora que foi uma posição do Conselho Curador. Então, só terá lá a votação, não terá a nossa
339 fala questionando.” Solicitou que fosse levado ao pleno, a fim de que o mesmo deliberasse a respeito da
340 agressão, bem como em cima do aspecto do desrespeito que o CES estava sofrendo. Sobre as outras
341 questões legais, entendia que o presidente estava correto, teria que ter um melhor fundamento, mas como
342 pessoa física ele iria pedir a anulação da reunião em que foi impedido de participar, bem como a anulação
343 das ações tomadas pela BAHIAFARMA, inclusive o pagamento que estava fazendo há algum tempo de
344 pró-labore a conselheiro sem o estatuto determinar o valor, e seria preciso fazer essa discussão. O
345 Conselheiro Paulo Sérgio Pereira Costa comentou que não adentraria na situação do episódio ocorrido na
346 reunião do Conselho Curador, até porque isso já havia tomado uma dimensão e pensava que o melhor
347 caminho seria seguir o raciocínio colocado ali pela Conselheira Eliane. Pensava que era um fato ocorrido,
348 as duas partes precisavam ser ouvidas e o CES estava tomando as medidas corretas, levando em conta a
349 possibilidade de se escutar as duas versões e tomar uma decisão com relação ao episódio. Quanto às
350 outras situações, a BAHIAFARMA tinha três estruturas: Conselho Curador, Diretoria Executiva e
351 Conselho Fiscal, e o primeiro tinha uma independência muito grande com relação ao funcionamento do
352 cotidiano da BAHIAFARMA. Quem presidia o Conselho Curador era o secretário da saúde, isso tinha
353 uma previsão legal, portanto, todo e qualquer pedido de informação, o que era um direito de qualquer
354 cidadão e era um direito do conselheiro peticionar informações dos órgãos públicos, existia uma garantia
355 legal específica, a lei da informação permitia isso, entretanto, o peticionamento de informação referente
356 ao Conselho Curador deveria ser dirigido ao presidente do mesmo, as informações dirigidas à
357 BAHIAFARMA estavam sendo respondidas com a agilidade que não havia espaço para reclamação.
358 “Falei recentemente com o presidente do CES que solicitou a legislação que criou a BAHIAFARMA, que
359 instituiu, por exemplo, a remuneração sob a forma de pró-labore. Há uma previsão na lei que instituiu a

360 BAHIAFARMA, evidente que ela joga para o estatuto a definição e a corporação desses valores no
361 Estatuto da BAHIAFARMA, agora, a definição de remuneração sob a forma de pró-labore já existia na
362 legislação que instituiu a BAHIAFARMA, que foi repetida de forma diferente em uma modificação
363 legislativa feita recentemente, que Marcos fez inclusive referência aqui.” Disse que havia outras questões
364 que poderiam ser abordadas tranquilamente, o conselho tinha todo o direito de fazer uma visita à
365 BAHIAFARMA, adentrar no seu cotidiano, e estava à disposição para esclarecer todos os pontos que
366 foram abordados ali, sem nenhum problema. As questões que fossem relacionadas à diretoria da
367 BAHIAFARMA que ele tinha acesso e pudesse responder, não tinha nenhum problema, porém, nenhum
368 diretor tinha assento no Conselho Curador da BAHIAFARMA, somente a possibilidade de participar com
369 direito a fala, sem direito a voto. A diretoria não tinha controle sobre as questões da BAHIAFARMA e
370 havia o presidente do Conselho Curador. O Conselheiro Walney Magno de Souza mencionou que
371 referente à fala do Conselheiro Paulo sobre a questão das petições, o CES não tinha controle sobre o
372 presidente da BAHIAFARMA. Constava em ata a sua solicitação do regimento nas duas reuniões em que
373 havia participado, estava no e-mail da secretária da BAHIAFARMA, como haviam dito ali que as
374 reuniões teriam que ser na referida instituição, mas tudo era no gabinete do secretário e ele não respondia
375 nem nunca havia encaminhado. “Já solicitamos aqui através do conselho, diretamente ao presidente, você
376 é testemunha, já ouviu isso aqui, já solicitei a ele aqui nesse pleno e não temos documento nem
377 informação alguma.” O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos solicitou retomar a pauta, uma vez que o
378 tempo determinado para a questão dos informes já havia sido bastante ultrapassado, e que aquelas
379 questões debatidas ali pudessem ser retomadas no tema *o que ocorrer*, sem prejuízo do debate dentro do
380 CES. Se houvesse o entendimento e a necessidade de dar continuidade ao debate que estava sendo feito
381 ali naquele momento, isso seria feito no *o que ocorrer*. O Conselheiro Cícero Figueiredo Ribeiro colocou
382 que o conselho não vinha conseguindo começar as reuniões no horário previamente marcado, e pensava
383 que os informes deveriam ser registrados no momento em que os conselheiros chegassem e assinassem,
384 na ordem que registrou, na quantidade de informes que teria e assim se dava seguimento. Se registrava em
385 um documento de registro até determinado horário. “Só venho para cá a partir das nove horas, pois sei
386 que antes desse horário não começa a reunião, e hoje a reunião começou praticamente dez horas.” O que
387 havia colocado seria uma forma de fazer com que as reuniões comesçassem no horário previamente
388 marcado, e uma forma muito mais justa de se ter documentado quem faria os informes, ou seja, dez
389 conselheiros, ou se alterava no regimento esse número, que fossem quinze ou vinte conselheiros, mas que
390 todos cumprissem o tempo e o cronograma de registros de modo formalizado. “Todos os conselhos em
391 que participei sempre teve a inscrição de forma documental do registro dos informes.” O Senhor
392 Presidente comentou a proposta do Conselheiro Ivonildo, perguntando se poderia ser feito dessa forma, o
393 que foi aprovado à unanimidade. Informou que havia sido convidado a participar da reunião do Fórum em
394 Defesa da Maternidade em Santo Amaro, havia participado de uma reunião, feito uma visita à
395 maternidade, pois não a conhecia e algumas coisas lhe foram colocadas. Tinha ali a cópia do ofício de que
396 o secretário municipal de saúde, Dr. Marcelo e a maternidade estariam conversando com o diretor, Dr.
397 Carlos Aníbal, segunda-feira pela manhã, mas seria preciso repensar, uma vez que era uma boa estrutura e
398 uma forma de contratualizar os serviços, até porque havia uma deficiência muito grande de leitos, a
399 maternidade só recebia da SESAB quarenta e dois mil reais para prestação de serviços. “Vou registrar
400 aqui em ata a documentação que foi me entregue ontem, que a maternidade não fecha aos finais de
401 semana, só não faz determinados tipos de partos, como parto de risco, mas estou aqui com as escalas dos
402 médicos, livro de registro de pacientes e listagem de atendimentos.” Ressaltou que a maternidade vinha
403 fazendo os seus procedimentos baixos, porque estava passando por uma dificuldade financeira, mas havia
404 quase trinta e oitos leitos precisando ser ocupados nessa crise. Evitar-se-ia os finais de semana, os
405 hospitais da rede própria estavam em um sufoco de atendimento, mas poderia ser retido ali no mínimo
406 sete municípios vizinhos, onde poderiam fazer seus partos e ser acompanhados. “Espero que na segunda-
407 feira consigamos resolver isso para que coloquemos aquela estrutura à disposição dos usuários do Sistema
408 Único de Saúde.” A Conselheira Lillian Fatima Barbosa Marinho perguntou se a maternidade iria fechar.
409 O Senhor Presidente respondeu que a maternidade do município de Santo Amaro estava prestes a fechar,
410 pois só estava recebendo quarenta e dois mil reais por mês. A Conselheira Lillian Fátima Barbosa Marinho
411 colocou que havia uma confusão ali também de que o Hospital Santo Amaro estaria fechando, ficaria
412 somente atendimento de emergência. O Conselheiro Antônio do Lago de Souza propôs à mesa que
413 fizessem uma moção de repúdio referente aos maus tratos que o CES estava sofrendo por parte do Estado.
414 Essa era uma proposta a ser apreciada pelo conselho, pois na realidade este estava sendo destrutado
415 continuamente. O Conselho Estadual de Saúde, o controle social estava sendo desqualificado, tanto que as
416 votações importantes primeiro passavam pela Assembleia Legislativa para depois voltar ao conselho, o
417 que deveria ser o inverso, passar pelo crivo do conselho e depois ir para a casa legislativa. A moção de
418 repúdio ia nessa linha, era o que deveriam avaliar ali enquanto conselheiros, que o Estado respeitasse o
419 papel do controle social. Solicitou que a mesa encaminhasse para votação se o conselho aceitaria fazer a

420 moção de repúdio contra as atitudes de desrespeito do Estado com o controle social ou se ficaria
421 aceitando sempre esse desrespeito. A Conselheira Lílian Fatima Barbosa Marinho declarou que não
422 estava sendo contrária à proposta do Conselheiro Lago, mas estava no momento dos informes e
423 regimentalmente não se poderia debater nesse momento. Propôs que se fizesse a moção de repúdio e até
424 no momento do *o que ocorrer* fosse colocada em votação, se aprovando ou não. “Como vamos votar
425 agora se não temos o conteúdo?” Às onze horas, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e colocou
426 em aprovação a ata da 17ª reunião extraordinária do CES, que foi aprovada à unanimidade. O Conselheiro
427 Antônio do Lago de Souza sugeriu que fosse feito o encaminhamento sobre a moção de repúdio contra a
428 falta de respeito por parte do Estado ao controle social. O Conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves
429 declarou que aprovar uma moção poderia não resolver o problema ali colocado, pois poderia ser aprovado
430 ali e não ter publicização, então, teria que ser tomada uma atitude mais enérgica, como buscar o
431 Ministério Público. O Senhor Presidente colocou que na última reunião a qual foi suspensa houve alguns
432 encaminhamentos ao Conselheiro Marcos, que foi a questão de formalizar toda a situação, até para que
433 fosse dada continuidade na legalidade. As pessoas levavam ali e havia um questionamento, se realmente a
434 alteração do Estatuto da BAHIAFARMA teria que passar pelo conselho ou era uma prerrogativa ir direto
435 para a Assembleia Legislativa. “Preciso de um parecer técnico jurídico para que me balize nisso e balize a
436 vocês, para não fazer uma moção de repúdio ou ir ao Ministério Público alegar algo que fosse ou que não
437 fosse competência do CES.” Enfatizou que a mesa não se sentia com todas as condições de fazer
438 determinado tipo de encaminhamento do pleno. “Tenho até outros entendimentos que não vou colocar
439 aqui, no momento certo vou fazer a minha discussão. Já falei com alguns conselheiros, mas estou na linha
440 de ser bastante cauteloso nas nossas decisões aqui. Porém, se for uma moção só direcionada na questão do
441 repúdio ao desrespeito aos dois conselheiros que saíram da reunião, não tem problema algum, mas entrar
442 na questão da moção do repúdio referente à legislação, penso que devemos ter um pouco de prudência.”
443 O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio declarou que percebia ali, e com a construção do
444 consórcio na Assembleia Legislativa, que a ida de conselheiros à Fortaleza perdia o sentido. Acreditava
445 que poderiam consultar o pleno, e ao invés de discutir o ponto da ida dos conselheiros à Fortaleza que
446 fosse inclusa a discussão da situação ocorrida na BAHIAFARMA como ponto de pauta. O Senhor
447 Presidente colocou que não poderia ser feita uma questão daquelas, pois era regimental. O Conselheiro
448 Ivonildo Dourado Bastos ressaltou que havia dada questão de encaminhamento para entrar na pauta, onde
449 inclusive o presidente havia aberta a reunião. Não havia prejuízo para o debate no *o que ocorrer*, porém,
450 não dava para ficar no *bate bola, pingue pongue* e não entrar na pauta da reunião, a questão era
451 regimental. “Vamos seguir o que está convocada a pauta e no *o que ocorrer* entraremos no debate.” O
452 Senhor Presidente colocou que daria encaminhamento à questão de ordem do Conselheiro Lago em
453 relação à moção de repúdio contra a retirada do Conselheiro Marcos e Conselheiro Walney da reunião do
454 Conselho Curador. Perguntou se poderia encaminhar dessa maneira. O Conselheiro Ivonildo Dourado
455 Bastos declarou que não estava pedindo nada demais, senão seguir a pauta, não dava para se iniciar uma
456 reunião de Conselho Estadual de Saúde e ficar mais de uma hora no vai e vem das falas. Não poderia ficar
457 ali ouvindo eternamente discurso proselitista, teriam que rever o papel essencial do CES, do controle
458 social, da responsabilidade dos conselheiros discutir o SUS, as políticas públicas que estavam sendo
459 tocadas e pensadas no Estado, para que efetivamente o conselho cumprisse o seu papel, não só no
460 controle, mas no sentido de fomentar, discutir e fazer com que as coisas acontecessem. Entretanto, se
461 ficassem naquele discurso, que inclusive havia o outro lado que precisava ser ouvido, sem querer
462 desconfiar ali de ninguém, que abria a fala e fazia o discurso como se fosse a única e pura verdade. A
463 história tinha mais de um lado que precisava ser ouvido e respeitado. “Ouço muito conselheiro chegar
464 aqui e dizer desrespeito disso e daquilo, mas em toda a reunião a gestão é agredida, ofendida, entende que
465 é o embate político e não vem aqui se queixar. Ou a mesa conduz no sentido regimental e coloca em pauta
466 a discussão ou vamos ficar três horas no pingue e pongue, sem andar absolutamente nada. Que os
467 assuntos que não estão em pauta sejam discutidos no *o que ocorrer*.” O Senhor Presidente convidou o Sr.
468 Arão Capinam de Oliveira para que fizesse a leitura das comunicações da SESAB. COMUNICAÇÕES
469 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA – CONVÊNIOS. 1. Cumprindo a Portaria/GM
470 nº 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de
471 Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da
472 Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal nº 1459/08, tendo como objeto:
473 “IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO AOS PORTADORES DE DOENÇAS
474 FALCIFORMES” no valor total de R\$ 1.065.928,00 (Hum milhão sessenta e cinco mil, e novecentos e
475 vinte e oito reais) (Enviado relatório situacional em 21/10/2015). 2. Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de
476 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu
477 capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação
478 da Vigência do Convênio Federal nº 2259/2008, tendo como objeto: “AQUISIÇÃO DE
479 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA UNIDADE DE ATENÇÃO

480 ESPECIALIZADA – HOSPITAL DEPUTADO LUIS EDUARDO MAGALHÃES, HOSPITAL
481 REGIONAL DANTAS BIÃO, HOSPITAL GERAL CLERISTON ANDRADE, HOSPITAL DO
482 OESTE, MATERNIDADE PROFESSOR JOSÉ MARIA DE MAGALHÃES NETO, HOSPITAL
483 GERAL DO ESTADO SIMÕES FILHO, HOSPITAL GERAL DO ESTADO, HOSPITAL GERAL
484 ROBERTO SANTOS E HOSPITAL GERAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA”, no valor de R\$
485 17.980.100,00 (Dezessete milhões novecentos e oitenta mil e cem reais) (Enviado relatório situacional em
486 10/11/2015). 3. Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação
487 Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que
488 solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal n.º 2614/07, tendo
489 como objeto: “AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO, MATERIAL PERMANENTE E ENCONTROS
490 OBJETIVANDO PRODUZIR ESPAÇO SÓCIO-CULTURAL DE REFERÊNCIA PARA MEMÓRIA
491 HISTÓRIA DA PSIQUIATRIA NACIONAL” NO HJM, no valor de 165.000,00 (cento e sessenta e
492 cinco mil reais) (Enviado relatório situacional em 10/11/2015). A Comissão Intergestores Bipartite da
493 Bahia – CIB apresenta as seguintes resoluções aprovadas no seu âmbito para conhecimento deste
494 Conselho Estadual de Saúde – CES. AS RESOLUÇÕES FORAM ENVIADAS NA ÍNTEGRA PARA O
495 E-MAIL DOS (AS) SENHORES (AS) CONSELHEIROS (AS) no dia 27 /10/2015. 1. TERMO RETI-
496 RATIFICAÇÃO - Na Resolução CIB Nº 088/2014, publicada no Diário Oficial do Estado em 28 de
497 março de 2014, que Aprova a habilitação de laboratórios Tipo I e II em Citopatologia na prevenção do
498 câncer do colo do útero (QualiCito), no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças
499 Crônicas, Onde se lê: Anexo I da Resolução CIB Nº 088/2014, HEMOLABOR- SENA E PRATES
500 LTDA, CNES 3179648. Leia-se: Anexo I da Resolução CIB Nº 088/2014, HEMOLABOR- SENA E
501 PRATES LTDA, CNES 3064328. 2. RESOLUÇÃO CIB Nº 125/2015 - Aprova a habilitação de 03 leitos
502 de Unidade de Terapia Intensiva Adulto tipo II do Hospital SAMUR, no município de Vitória da
503 Conquista. 3. RESOLUÇÃO CIB Nº 126/2015 - Aprova o credenciamento do Núcleo de Apoio à Saúde
504 da Família – NASF no Município de Contendas do Sincorá. 4. RESOLUÇÃO CIB Nº 127/2015 - Aprova
505 a alteração de composição do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Tipo I no Município de Dias
506 D’Ávila. 5. RESOLUÇÃO CIB Nº 128/2015 - Aprova a habilitação de 02 leitos de Unidade de Terapia
507 Intensiva Adulto tipo II do Hospital. 6. RESOLUÇÃO CIB Nº 129/2015 - Aprova o credenciamento de
508 Equipe de Saúde da Família – ESF nos Municípios de Aurelino Leal e Feira de Santana. 7.
509 RESOLUÇÃO CIB Nº 130/2015 - Aprova o credenciamento de Equipes de Saúde Bucal – ESB nos
510 Municípios de Cafarnaum, Feira de Santana, Aurelino Leal, Ubatã, Itororó. 8. RESOLUÇÃO CIB Nº
511 131/2015 - Aprova a emissão de parecer favorável ao credenciamento do Centro de Atenção Psicossocial
512 – CAPS no Município de Condeúba. O Conselheiro Antônio Marcos Almeida Sampaio colocou que em
513 conversa com o Ministério Público havia sentido a necessidade de registrar ali, sempre que tivesse as
514 resoluções CIB, o entendimento que o Ministério Público dava. Muitas resoluções CIB deveriam
515 anteriormente passar pelos conselhos municipais antes de ser pactuadas, e outras também precisariam
516 passar pelo Conselho Estadual ou ser encaminhadas ao mesmo para serem aprovadas e depois
517 encaminhada à CIB para pactuação. “Quando estava dialogando com o Ministério Público, o
518 entendimento é que somente feita a leitura aqui estamos dizendo sim. Estamos homologando, não
519 estamos sendo somente comunicados, está se cumprindo o que está na lei, ou seja, na prática não há uma
520 consulta aos conselhos municipais nem ao CES como deveria, mas ao fazer a leitura como está sendo
521 feita agora acabamos homologando.” Salientou que nenhuma daquela resolução havia passado pelo CES
522 antes de suas pactuações, e se houvesse alguma referente ao município de Salvador, nenhuma delas
523 também foi discutida com o mesmo. Inclusive o Conselho Municipal de Saúde de Salvador havia
524 solicitado a anulação da pactuação CIB 065 de 2015, onde o município havia pactuado a expansão da
525 política da atenção básica no município de Salvador que estava criando o maior problema no município,
526 que no entendimento da gestão municipal já estava em 41% da cobertura da atenção básica no município
527 e quando se ia para os dados oficiais do Ministério da Saúde estava em 36.1, porque estavam transferindo
528 os agentes de saúde que eram do PACS para a Estratégia de Saúde da Família, com equipes de saúde da
529 família com somente um agente para dar conformidade à equipe. O Senhor Presidente solicitou que o
530 Conselheiro Marcos encaminhasse sua narração à mesa, mas era colocado ali como comunicação da
531 SESAB, o CES não homologava nenhum tipo de resolução ali, somente estava sendo feito um
532 comunicado. “Já que você traz essa situação precisamos ver realmente essa discussão que vimos fazendo
533 ao longo desse tempo e chamar mais a atenção dos conselhos municipais com relação à implantação.” O
534 Conselheiro Antônio Marcos Almeida Sampaio comentou que ao questionar a pactuação CIB 065/2015, o
535 Ministério Público havia lhe falado que no momento em que a resolução ia para o conselho estadual já
536 havia pactuado, então, havia teoricamente a necessidade de fazer a pactuação para que a política
537 acontecesse. No momento em que no CES ou no conselho municipal deveriam ter sido feitas algumas
538 discussões, e no momento que fazia a leitura ali, automaticamente se os conselheiros não levantaram
539 nenhum tipo de discordância, estava homologando, pelo princípio de que teoricamente a condução foi

540 dada de forma correta, os conselheiros não tiveram nada contrário. “Só estamos sendo comunicados, não
541 há nenhum tipo de deliberação prévia nem após de consulta do CES.” O Conselheiro Ivonildo Dourado
542 Bastos pontuou que a CIB era uma instância de pactuação entre gestores municipais e gestor estadual que
543 pactua a política de saúde em alguns aspectos, calçado por portarias ministeriais discutidas de forma
544 tripartite já com a presença do Ministério da Saúde, e se estabelecia nessas pactuações fluxos. Dentre os
545 itens dos fluxos estabelecidos para que houvesse a pactuação, necessariamente haveria que ter o crivo do
546 controle social no nível municipal. Ou seja, para que se pactuasse equipe de saúde da família, para que se
547 pactuasse equipe de saúde bucal ou adesão a qualquer componente, como UPA, SAMU ou qualquer coisa
548 do tipo, necessariamente tinha que ser discutido e aprovado em nível de conselhos municipais de saúde.
549 Existiam fluxos, e o que se acordava na CIB estava pautado em cima das portarias ministeriais,
550 estabelecia as regras e critérios e estava pautado em fluxos construídos bipartite, entre gestão estadual e
551 gestão municipal com o COSEMS que tinha assento no CES, e se não existia um entendimento do
552 Conselho Estadual de Saúde, do papel da CIB, seria interessante se pautar uma reunião, já que o CES
553 também tinha assento do COSEMS através da Sra. Stela, presidente, e do Sr. Raul Molina, vice-
554 presidente, que tinha assento na bipartite, e da própria gestão estadual para que efetivamente se
555 esclarecesse qual o papel da CIB e todo o marco legal que a mesma tinha para que o Conselho Estadual
556 de Saúde entendesse isso. Destacou que as discussões acordadas na CIB necessariamente tinham que
557 passar pelos conselhos municipais de saúde, se no caso do plano de expansão da atenção básica de
558 Salvador não havia ocorrido, cabia ao Conselho Municipal de Saúde se reportar e fazer o que determinava
559 a legislação, o que não era uma discussão do conselho estadual, mas do Conselho Municipal de Salvador.
560 O Senhor Presidente solicitou a indicação de Conselheiros (as) para participarem da Comissão para visita
561 à Fortaleza (Consórcios Regionais de Saúde). Disse que a mesa estava propondo fazer uma comissão de
562 quatro titulares e quatro suplentes, para que ficasse uma comissão bastante enxuta e propositiva. O
563 Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos perguntou o que os conselheiros fariam no Ceará se as
564 decisões já haviam sido tomadas, iria interferir em que? Porque o objetivo seria uma comissão ir até lá,
565 verificar e conhecer o funcionamento dessa política naquele estado. “Ora, se o Estado já tomou a decisão
566 de implantar aqui, é desnecessário gastar esse recurso que já é escasso, com esse propósito lá.” Seu
567 encaminhamento foi que o conselho não indicasse ninguém, uma vez que não haveria importância dessa
568 visita ao Ceará. A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho pontuou que no momento em que o
569 consultor contratado para fins do consórcio esteve presente na reunião do CES, ele havia deixado clara a
570 situação do Ceará. Quando criou os consórcios tinha 90% de cobertura da atenção básica, tinha um nó na
571 assistência da média e alta complexidade, então, havia realidades completamente diferentes. “Temos visto
572 e é ponto de pauta, no momento oportuno devo me colocar que não há uma priorização na expansão da
573 atenção básica, no sentido do que está proposto nos planos, nos documentos que nos são encaminhados,
574 então, temos que ser coerentes com aquilo que vem acontecendo com relação ao desrespeito ao pleno.
575 Conselheiro Silvino, ainda que não tenhamos como comprovar, mas saiu na imprensa que já foi assinado
576 o primeiro consórcio para a região de Teixeira de Freitas, então, minha posição é de que não nos
577 coloquemos para a comissão.” O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio comentou que havia
578 falado anteriormente que não daria para encaminhar naquele momento. Na pauta tinha um momento
579 importante para se fazer outra questão. “O Dr. Fernando Daltro esteve aqui, primeiro colocamos aqui o
580 consórcio, não foi apreciado porque não havíamos recebido a tempo, nossa queixa foi essa. Não
581 recebemos o material a tempo, foi retirado da pauta, na outra reunião já tinha sido aprovado na
582 Assembleia Legislativa, Dr. Fernando Daltro veio aqui na tentativa de que o conselho pudesse naquele
583 momento sair daquela discussão de que foi aprovado na Assembleia Legislativa, mas não foi apreciado
584 pelo conselho, e aí ele disse: vim aqui em nome do Estado pedir desculpas aos senhores, dizer que foi
585 uma falha de entendimento, a gestão não quis passar por cima do conselho, não vai ter nenhum consórcio
586 que passe na Bahia que não passe aqui pelo conselho, não vai para a Assembleia Legislativa ou lugar
587 algum.” Disse que alguns membros da gestão quando lhe ouviam diziam que era proselitismo, política,
588 porque o contraditório havia virado isso, davam tantos nomes, então, que se pegasse a gravação ou
589 trechos da ata da fala do Dr. Fernando Daltro para que se visse. “Acreditei nele, dei um voto de confiança,
590 o secretário já não tinha credibilidade comigo, mas chegou um homem aqui, olhou nos nossos olhos e
591 disse que não iria acontecer. Na hora em que chegamos aqui e a surpresa: está lá assinado o consórcio
592 sem discutir Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde - COAP, mas nem se discutiu, pois para
593 haver consórcio teria que ser discutido COAP. Então, aqui já tem consórcio, já tem lugar que terá sede de
594 consórcio, porque já definiu, inclusive para agilizar a votação na Assembleia Legislativa teve que
595 negociar antes onde seria sede de consórcio. Isso foi a imprensa que falou.” Ressaltou que os conselheiros
596 não deveriam ir ao Ceará, mas encaminhar para uma pauta específica da discussão do consórcio, qual
597 modelo de COAP seria na Bahia, quais municípios iriam aderir o consórcio, quais as regiões que
598 contemplavam, quais equipamentos seriam consensuados e como seria a gestão desses trabalhadores.
599 Quando levado ao conselho haviam dito que eram somente intenções, só iria ser assinado um termo de

600 intenção. “Lembro-me como se fosse hoje, que Dr. Fernando Daltro utilizou essa frase: o que está sendo
601 assinado lá é um temo de intenções de como será o consórcio, mas este de fato seria discutido com os
602 conselheiros, com o controle social, a Bahia será incluída, vocês terão que discutir. E hoje estamos vendo
603 o consórcio no estado da Bahia.” O Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara salientou que a visita
604 havia realmente perdido o sentido. Naquele momento, diante da dificuldade econômica não seria o mais
605 prudente. Informou que na semana anterior esteve com o secretário ao meio dia mais ou menos e às treze
606 horas o secretário iria para uma reunião com o governador para justamente inaugurar. Portanto, não era
607 fato de imprensa, o negócio estava mesmo encaminhando. Se a gestão havia atropelado, o conselho não
608 poderia deixar passar uma análise mais detalhada sobre a questão do consórcio. Quem era da frente em
609 defesa do SUS já tinha uma concepção do que era isso. Das entidades que compunham essa frente, a ideia
610 era que se fizesse um documento bem elaborado com tudo o que havia de risco nessa política para ser
611 apresentado à sociedade. O papel do conselho era alertar a sociedade dos riscos, para depois não passar
612 que o mesmo viu o bonde andando e não falou nada, porque existem riscos concretos. Não sabia se havia
613 algum representante do COSEMS ali, pois a informação que tinha era que seria tirado com uma mão e
614 dado com a outra para os prefeitos, mas até estes teriam que ficar alerta sobre o que seria feito. “Vamos
615 construir como frente, mas o conselho também poderia aprofundar esse debate com questões técnicas bem
616 embasadas, inclusive de legalidade. Já estamos preparando como sindicato, ações, vai entrar o consórcio e
617 já iremos entrar com questionamentos de legalidade.” O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos pontuou
618 que ao ser colocado perspectiva pela gestão para que o CES definisse através de uma comissão a visita ao
619 estado do Ceará para conhecer a experiência das policlínicas, era uma das etapas que o próprio controle
620 social poderia cumprir para participar do debate que estava sendo chamado, a fim de fazer a discussão
621 dessa política de consórcio. Quando se colocava ali a questão da cobertura da atenção básica no estado da
622 Bahia, e que não existia por parte da gestão o intuito da ampliação da atenção básica no estado, era um
623 grande equívoco. Primeiro, porque a cobertura da atenção básica no estado da Bahia não ultrapassava
624 70% em todo o estado. Quando se tirava Salvador dessa conta, ela iria para 84%, então, não era uma
625 cobertura pequena, era uma cobertura alta. Quando se pegava os pequenos municípios, na sua maioria
626 absoluta às vezes ultrapassava 100% de cobertura da atenção básica e diria da Estratégia de Saúde da
627 Família. E por conta do incremento do Programa Mais Médicos, porque a Bahia foi o estado que mais
628 captou profissionais intercambistas para atuar na atenção básica no Norte/Nordeste do Brasil, um dos
629 maiores do país, aumentou muito a demanda por procedimentos de média complexidade, existia um
630 gargalo muito grande, uma concentração desses procedimentos nos grandes centros, principalmente
631 Salvador, região metropolitana e nos grandes polos, como Itabuna, Feira de Santana, Vitória da Conquista
632 e outras cidades mais. Destacou que existia uma dificuldade muito grande dos municípios e da população
633 no acesso a esses procedimentos, e se discutia que quem estava amparado em lei existia um marco legal, a
634 perspectiva de se regionalizar essas ações de média complexidade, através da construção de consórcios
635 intermunicipais ou interfederativos, com a participação do governo do Estado, inclusive com participação
636 no financiamento. Isso estava posto, e de alguma forma era uma sinalização desde o processo eleitoral,
637 fazia parte do programa de governo do governador Rui Costa a questão da regionalização da saúde. E
638 outras ações estavam sendo adotadas e assumidas, no intuito de regionalizar por se entender a dificuldade
639 de acesso, o transtorno de se remover um paciente do Oeste e do Sudoeste para Salvador, quando essas
640 ações deviam e podiam estar sendo realizadas na região. “Está aqui Dr. Rodrigues, superintendente da
641 Regulação, que tem feito várias ações nesse sentido, no aspecto de desconcentrar serviços. Entendo a
642 postura do conselho de mais uma vez abrir mão de participar de uma etapa de discussão dos consórcios e
643 de conhecer a realidade das policlínicas.” Enfatizou que o Regimento do CES não permitia reinscrição do
644 mesmo tema. A Conselheira Eliane Araújo Simões colocou que não existia proselitismo, o que existia era
645 o Conselheiro Ivonildo tentar esvaziar as palavras dos demais conselheiros ali presentes, distorcer as
646 ideias, o que significava poder. Colocou ainda que os conselheiros não deveriam ir ao Ceará de jeito
647 algum, porque o propósito dessa visita existia. Naquele momento já existia o consórcio de Teixeira de
648 Freitas e propunha que o conselho criasse uma comissão para acompanhar o consórcio do estado da
649 Bahia. “O consórcio do Ceará já foi, se estamos com um modelo aqui na Bahia vamos acompanhar, ver
650 como esse modelo se comporta, se existe legalidade, não sei o que está acontecendo, o Luiz já colocou
651 que tivéssemos a preocupação com relação aos riscos.” O Conselheiro Lázaro Ribeiro de Souza comentou
652 que sempre tem recorrido a uma retórica: o passado foi assim e não temos dado um passo adiante. Estava-
653 se fora do tempo da discussão das políticas públicas, o que tinha que ser revisto dentro do conselho e era
654 algo simples, era o interesse de agir. Como conselheiro defensor dos usuários, representante da Central
655 Única de Saúde não tinha o interesse de agir ou tinha seu interesse e não estava usando de forma a
656 construir uma política pública mais ampla, às vezes chegando a estar no campo da mesquinha, se
657 estaria naquela briga constante de gato e rato, aquela confusão na relação com o Estado e com o controle
658 social. Em uma fala que ouviu na apresentação ali sobre o consórcio, a proposta de viagem que naquele
659 momento estava tendo uma interpretação, no momento que foi sugerida pelo Dr. Fernando Daltro teve

660 outra interpretação e o interesse estava ficando confuso em sua cabeça. Seria fundamental e mais
661 importante que o discurso, ver se realmente o conselho tinha o interesse de produzir uma política pública
662 séria ou se realmente o conselho estava colocando interesses corporativos acima do interesse público.
663 “Como representantes dos usuários temos que ter muito cuidado, temos que criar mecanismos para que
664 realmente possamos discutir essas pautas que são interessantes para a sociedade, mas que ficam travadas
665 nesse jogo político eterno dentro do conselho que é natural, não sou contra isso, também tenho interesses,
666 só que o interesse de agir tem que estar claro aqui. Se o conselho não tiver interesse em agir, as outras
667 esferas de competência do Estado vão funcionar, isso é natural. Não vou ficar aqui travando uma pauta a
668 vida toda; não posso ficar nos informes e não discutir as pautas do conselho, tem que se cumprir o
669 regimento, senão é um falando do outro e todos com a mesma prática. Se estamos falhando e perdendo o
670 tempo, precisamos criar mecanismos para que possamos acompanhar a deliberação da gestão.” A
671 Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira comentou que estava sendo colocada ali a questão dos
672 consórcios, mas havia ali também uma comissão de regionalização que não havia concluído ainda o seu
673 trabalho. O pleno havia deliberado na última reunião sobre a questão da ampliação da comissão e mais do
674 que isso: que se fizessem dois encontros, um seminário, e ao final deles fosse feito um relatório final
675 sobre a questão da regionalização, com um prazo de sessenta dias para que esse relatório fosse
676 apresentado ao pleno. “Infelizmente não chegamos a fazer nenhum seminário, encontro ou relatório,
677 porque fomos atropelados pela conferência e seus problemas na realização.” Comentou ainda que deveria
678 haver a comissão de consórcios, mas havia que se concluir a posição do CES na questão da
679 regionalização, até porque uma coisa estava muito atrelada a outra. “Quando falei que seria importante
680 recuperarmos nossas pautas, era porque tínhamos que definir uma série de questões; quando falei da
681 necessidade de ouvir, na questão da BAHIAFARMA o outro lado, é porque a democracia escuta os dois
682 lados.” Seria importante que os seus representantes estivessem ali no CES, não porque o Conselheiro
683 Marcos e Walney colocaram. Concordava com todas as falas, mas seria preciso escutar também o
684 presidente da BAHIAFARMA, sua representação, para que pudessem ali dizer quais as posições e razões
685 do conselheiro ter sido solicitado a sair da reunião, para que depois, se o conselho entrasse com uma ação
686 de repúdio ou ação pública, se tivesse todos os elementos legais. “A mesa foi muito correta quando se
687 colocou dessa forma, até porque não podemos esquecer que a gestão participa desse conselho e os
688 conselheiros da gestão também têm que ser escutados, senão estaremos tendo o mesmo comportamento
689 de escutar um e não escutar o outro. Porém, escutar o outro não significa que vamos concordar com o que
690 ouviremos, mas ficaremos mais embasados para tomar uma posição política mais correta.” Disse que a
691 comissão de regionalização se encerrava, pois nos sessenta dias que foi dado não conseguiu fazer,
692 portanto, solicitava ao pleno que prorrogasse o prazo para que a comissão de regionalização pudesse
693 terminar o seu trabalho. “Espero que hoje aqui votemos, porquanto é da maior importância que fique
694 claro a posição desse conselho em relação à questão da regionalização.” A Conselheira Maria do Carmo
695 Brito de Moraes pontuou que desde a primeira vez havia achado totalmente desnecessária a viagem à
696 Fortaleza, na medida em que não se participava de uma discussão. Na reunião em que ficou colocado que
697 voltaria a ser discutido o consórcio todos os conselheiros poderiam dar a sua opinião e acompanhar,
698 talvez nesse momento fosse importante, porém, na medida em que foi votado à revelia do conselho,
699 perdia o sentido. Entretanto, se já havia consórcio aqui na Bahia, no município de Teixeira de Freitas,
700 seria importante que, fortalecendo a comissão de regionalização, acompanhasse esse consórcio para ver se
701 atendia às necessidades do CES, porque há muito tempo a rede básica já estava enfraquecida, e a questão
702 do adoecimento do povo brasileiro, especialmente do povo baiano estava às claras, portanto, a dificuldade
703 de se trabalhar a questão da prevenção e reabilitação já era do conhecimento de todos, na medida em que
704 não se discutia a origem e a causa dos adoecimentos no estado da Bahia. Não se discutia a questão do
705 agronegócio, dos garimpos clandestinos, a contaminação dos rios, a falta de vacinas para crianças, então,
706 eram coisas tão importantes que a questão dos consórcios para média e alta complexidade já estava no
707 processo de adoecimento, não se discutia como fazer para que o mínimo de pessoas adoecesse.
708 “Concordo com todas as posições dos meus companheiros, estamos em uma situação muito delicada, me
709 preocupo com tudo o que está acontecendo e às vezes não sabemos nem como caminhar, mas, o que está
710 acontecendo precisa de um alinhamento maior da gestão, pois é uma questão de responsabilidade que
711 temos.” O Senhor Presidente comunicou que o Conselheiro Marcos havia solicitado uma questão de
712 encaminhamento, que não se fosse para o estado de Ceará. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos
713 Santos comentou que havia feito um encaminhamento pela não ida à Fortaleza e seria bom que o
714 presidente pudesse resgatar, até porque a fala do Conselheiro Marcos poderia não estar no mesmo tom, e
715 na leitura da ata as pessoas poderiam ter outra compreensão, portanto, seria importante que se colocasse
716 da forma como foi feito o encaminhamento. O Senhor Presidente mencionou que o Conselheiro José
717 Silvino havia falado da não ida e o Conselheiro Marcos havia proposto a não ida e a questão do
718 encaminhamento da comissão, então, ele que encaminhou, falou antes da Conselheira Eliane e esta só
719 havia fortalecido a proposta dele. Disse que já havia unanimidade pela não ida à Fortaleza ali no pleno do

720 CES, mas estava colocando a questão da comissão. O Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara colocou
721 que o consórcio de saúde era apenas um dos instrumentos possíveis, e propôs que ao invés de se fazer
722 uma comissão específica para os consórcios, que fosse reativada e dado todo o apoio para a comissão de
723 regionalização, que já tinha dentro das suas tarefas acompanhar o consórcio que já foi efetivado e também
724 apresentar alternativas, porque estas existiam. O SUS já contemplava mecanismos de regionalização
725 outros, e nessa comissão, onde se colocava à disposição para reforçar, dar o apoio necessário, que em vez
726 de se criar outra comissão que reforçasse a já existente, desse mais prazo e mais peso a ela. O Senhor
727 Presidente informou que a comissão de regionalização já contava com quatro conselheiros titulares e
728 quatro conselheiros suplentes, e perguntou se a mesma poderia ser ampliada para dez ou doze
729 conselheiros. Mencionou os componentes da comissão: Célia, Jorge Geraldo, Ivonildo e Marcos Antonio,
730 como titulares; Sílvio Roberto, Francisco José, Jair Alves e Paulo Barbosa, como conselheiros suplentes.
731 Informou ainda que uma nova resolução deveria ser feita, uma vez que o prazo da anterior havia expirado,
732 e fazer uma recomposição em virtude da deliberação do pleno. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos
733 Santos colocou que estavam em um momento diferenciado, e já que a comissão não havia produzido
734 aquilo para que foi criada, seria interessante criar uma comissão com uma finalidade específica, não
735 aproveitar uma comissão que não produziu e criar uma comissão a partir daquele novo encaminhamento,
736 com uma nova dinâmica de ações. A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira declarou que a
737 comissão havia produzido muito, inclusive havia dois pesquisadores de duas universidades diferentes, que
738 justamente em função dessa produção já estavam embasando seu trabalho de pesquisa científica.
739 “Trabalhamos muito, fizemos todos os encontros regionais junto com os conselheiros Marcos, Sílvio e
740 Jorge Geraldo, e tive na Bahia inteira discutindo. Houve participação, inclusive de usuários,
741 trabalhadores, membros da comissão, gestão, defensores públicos, temos tudo isso no conselho, apenas
742 penso que esteja faltando divulgação. Mais ainda: tivemos um trabalho junto com técnicos e técnicas
743 sanitárias que apresentaram uma proposta muito interessante de regionalização, foi apresentada lá no
744 conselho, coordeno essa comissão, produzimos e muito. Fizemos um relatório inicial e o relatório
745 definitivo terminou por não ser produzido no seu final, porque houve a conferência estadual e nos
746 voltamos para isso.” Solicitou que o pleno ampliasse o prazo para o relatório final, mas não aceitava que
747 não houve produção, uma vez que houve, inclusive com a participação da gestão durante todo o processo.
748 “Várias vezes essa questão foi pautada aqui, onde todos estiveram participando.” Ressaltou que houve
749 uma reunião do pleno em função dessa produção, de que fosse ampliada com dois encontros e um
750 seminário. O segundo já estava pensado, só necessitando colocar em prática, porque o tempo não foi
751 suficiente. Esse trabalho não poderia ser perdido, então, sugeria que fosse ampliada a comissão com
752 maior participação, para não somente o CES definir, até porque este havia ouvido a proposta dos
753 sanitários em relação à regionalização, e diante disso seria pegar todo o trabalho político da comissão,
754 para que servisse de embasamento para a discussão dos consórcios. O Senhor Presidente perguntou se a
755 comissão poderia ser ampliada para quatro titulares e quatro suplentes. Comunicou que teria que ser
756 acrescentado dois usuários, um titular e um suplente, um trabalhador titular e um trabalhador suplente, e
757 um gestor titular e um gestor suplente. Ficou deliberado o Conselheiro Luís Delfino como titular e o
758 Conselheiro Cícero como suplente no segmento gestor; a Conselheira Eliane Simões como titular e o
759 Conselheiro Luiz Américo como suplente no segmento trabalhador; os conselheiros Lázaro e Silvino
760 como titular e as conselheiras Lílian e Liliane como suplentes no segmento de usuários. Declarou que ao
761 fazer a resolução teriam que deliberar para tirar a questão do prazo, pois se entendia que consórcio era
762 algo de continuidade. Portanto, a comissão levaria ao pleno o que houvesse entendido de tempo e qual
763 seria seu planejamento na questão da atuação de acompanhamento dos consórcios regionais. Perguntou se
764 poderia ser dessa maneira. A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira informou que o prazo do
765 relatório de regionalização havia se encerrado e solicitou um novo prazo, destacando ainda que a
766 comissão deveria fazer um seminário conclusivo e um encaminhamento. O Senhor Presidente comunicou
767 que a ampliação seria completa, pois pelo entendimento do pleno as coisas convergiam. O Conselheiro
768 Ivonildo Dourado Bastos explicou que não havia divergido dos demais conselheiros sobre a ida à
769 Fortaleza, somente entendia que a ida seria uma das etapas de discussão da política de consórcio
770 conhecendo a experiência *in loco*. Entendia também que o CES estava abrindo mão dessa etapa por não
771 achar interessante, era sua opinião. Disse ainda que quando a gestão sinalizava perspectiva de se conhecer
772 a experiência, era justamente para o conselho ver *in loco* como a coisa funcionava, e até para contribuir
773 ou não com o processo. Entretanto, dentro do processo de votação que não foi encaminhado pela mesa,
774 estava colocando ali que não houve unanimidade. A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho destacou
775 que o Conselheiro Ivonildo estava encaminhando de forma enviesada, uma vez que não estavam abrindo
776 mão de algo, mas se posicionando em relação a todo um histórico que havia. Não tinha que deixar passar
777 na ata uma posição enviesada que colocasse o conselho em um lugar onde não queria estar, que estava
778 falando na direção do não, mas procedia que fosse encaminhada a votação. O Conselheiro Marcos
779 Antônio Almeida Sampaio esclareceu que não haviam aberto mão de nada nem cancelado a ida à

780 Fortaleza, somente haviam dito que não queriam criar uma comissão com o simples objetivo de ir ao
781 referido local. A comissão havia sido criada e agregada com uma responsabilidade maior do que
782 acompanhar todo o processo de regionalização e consórcio no estado da Bahia, que no futuro poderia ser
783 que ir à Fortaleza fosse uma alternativa, bem como ir a outros locais ou até mesmo no estado da Bahia,
784 como Teixeira de Freitas que já estava sendo feito. Disse que não havia a necessidade daquela ressalva
785 colocada pelo Conselheiro Ivonildo, mesmo entendendo que a proposta de ir à Fortaleza instigava as
786 pessoas, mas a comissão poderia deliberar em um momento oportuno se era necessário ou não, já que
787 havia sido delegada à mesma essa análise. O Senhor Presidente esclareceu que o CES não estava abrindo
788 mão de ir à Fortaleza, mas entendendo que a comissão de regionalização iria discutir os consórcios
789 regionais, fazer o seu planejamento e ter a autonomia de discutir como levaria àquele pleno a questão dos
790 consórcios regionais no estado da Bahia. Colocou a proposta em votação que foi aprovada com somente
791 dois votos contrários. Convidou o Sr. Waldélio Oliveira, Coordenador Geral de Projetos Especiais da
792 SESAB para que fizesse a apresentação da Prestação de Contas da SESAB, 2º Quadrimestre 2015.
793 Justificou que a apresentação seria feita pelo Sr. Waldélio, pois o secretário Fábio Vilas-Boas estava
794 viajando a trabalho. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio perguntou o que dizia a Lei
795 Complementar 141 acerca do autor da apresentação da prestação de contas, e solicitou que fosse feita a
796 leitura do artigo. “Sei que houve aqui em algum momento que o ex-secretário Washington Couto
797 apresentou a prestação de contas, mas naquele momento o secretário estava presente e tivemos o
798 entendimento que caracterizou que ele estava presente e delegou a apresentação ao ex-secretário. Porém,
799 este momento é diferente, pois o secretário atual não se encontra presente e queria que esclarecesse se era
800 o gestor do SUS que deveria apresentar ou a gestão do SUS, pois se for a última qualquer membro da
801 gestão pode apresentar a prestação de contas, mas se for o gestor do SUS, pela lei ficamos impedidos de
802 que outra pessoa seja delegada a fazer a apresentação. O Senhor Presidente informou que a Lei
803 Complementar 141, seção III, da Prestação de Contas, artigo 36 dizia que o gestor do SUS em cada ente
804 da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterà, no mínimo
805 as seguintes informações. Ressaltou que o artigo falava “gestor do SUS”. Passou a palavra para o Sr.
806 Waldélio Oliveira representando o Secretário Estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas Pinto, que justificou a
807 ausência do secretário, alegando que o mesmo se encontrava no Reino Unido a convite do NHS, o
808 Sistema de Saúde do Reino Unido juntamente com outros secretários estaduais de saúde do Brasil. Disse
809 que essa pauta provavelmente daria frutos para o estado da Bahia, na medida em que o governo britânico
810 já havia sinalizado o interesse em firmar parceria com o estado. Além disso, na Cidade do Porto ele
811 estaria assinando um documento juntamente com a presidente das Organizações Sociais Irmã Dulce –
812 OSCID, pelo qual seria instalada uma Faculdade de Medicina em Salvador. Então, devido a essas duas
813 pautas de trabalho ele não pode estar presente para apresentar a prestação de contas. Agradeceu à equipe
814 da APG, ao Sr. Jober Silva, Coordenador de Planejamento, aos Srs. Júlio, Alan e Vinícius que estiveram
815 bastante presente e atuaram bastante na preparação do relatório do segundo quadrimestre. Declarou sua
816 alegria na apresentação daquele relatório, na medida em que a quase totalidade das metas físicas foram
817 atingidas e havia uma perspectiva bastante positiva de que ao final de 2015 se conseguisse cumprir todas
818 as metas físicas. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio colocou que não estava sendo contra a
819 apresentação, mas a lei dizia que o gestor do SUS apresentaria. Portanto, seria preciso que o Senhor
820 Presidente desse o encaminhamento, porque o pleno abriria a exceção à revelia do que dizia a lei, até para
821 que depois não houvesse questionamentos futuros de que a apresentação não teve validade, pois em nível
822 de informação era válida, mas em nível da legalidade poderia ser que houvesse um questionamento no
823 futuro. Solicitou que fosse levado ao pleno para que deliberasse os motivos que o levaria a não cumprir o
824 que dizia a lei. Citou o parágrafo 5º, da Seção III, do artigo 36 da Lei Complementar 141: o gestor do
825 SUS apresentará, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa
826 Legislativa do respectivo ente da Federação, o Relatório de que trata o caput. Disse que estava bem nítido
827 e seria preciso somente encaminhar se seria apresentado para conhecimento ou considerado que o gestor
828 do SUS havia apresentado à revelia do que estava sendo posto. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos
829 colocou que era uma questão de entendimento, de leitura. Se pegasse a Lei Complementar comentada, em
830 vários aspectos daria um direcionamento e entendimento. Supondo que o Secretário de Saúde fosse mudo,
831 e estava colocando de forma cômica, para que se fugisse da tensão e do clima pesado. Ressaltou que
832 estava sendo posto ali o cumprimento do que determinava a Lei Complementar 141, em que a gestão
833 deveria apresentar a cada quadrimestre na Casa Legislativa o seu relatório do quadrimestre. Aquilo não
834 era um processo para aprovação ou reprovação, pois se tratava de uma apresentação. O processo de
835 avaliação, aprovação ou reprovação se dava no âmbito da análise do Relatório Anual de Gestão, que era a
836 soma dos três quadrimestres e que o CES se debruçava, avaliava, se posicionava e decidia. O que estava
837 se tratando ali era uma apresentação e havia o entendimento naquele aspecto de que era responsabilidade
838 da gestão que estava pautando o quadrimestre e esperava que houvesse o sentimento daquele pleno em
839 apreciar para que a apresentação fosse feita. Mas se o pleno democraticamente decidisse que não seria

840 feita a apresentação, a gestão entendia, retomaria para a próxima reunião com a presença do gestor,
841 levando-se em consideração que já estava no mês de novembro, era a segunda vez que esse ponto era
842 pautado, pois na reunião anterior não houve quórum. Solicitou que a mesa encaminhasse nesse aspecto,
843 até por entender que era responsabilidade da gestão e não necessariamente fosse obrigada a figura do
844 gestor, até por se tratar de uma apresentação. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio salientou
845 que em nenhum momento havia se mostrado contrário à apresentação, pois esta era favorável e teria que
846 ser apresentada, porém, havia colocado que estavam diante de uma lei que dizia que o gestor do SUS
847 apresentaria. No impedimento deste, alguém que estivesse exercendo a função do secretário faria. Havia
848 várias formas de cumprimento e sua pergunta foi direcionada ao princípio que diz a lei. “Chegamos aqui
849 no início da reunião e dizemos que o conselho está sendo atropelado, não estão cumprindo com as
850 questões com o conselho, precisamos fazer uma moção e tal, dizemos que vamos procurar o Ministério
851 Público para poder cobrar legalidade e estamos diante de algo que é nítido. Não estou colocando algo que
852 deixa uma brecha ali não, estou só dizendo que pode apresentar, mas essa apresentação terá que caráter?
853 Não posso sair daqui achando que está caracterizado que cumpriu a Lei Complementar 141.” Esclareceu
854 que esteve presente nas duas últimas reuniões, na última o Conselheiro Ivonildo havia pedido verificação
855 de quórum, não quis aguardar que chegasse o regimento, mas o secretário não havia aparecido; na
856 penúltima também havia sido retirada de pauta, pois o secretário não pode estar presente por motivo de
857 viagem, e se o conselho considerasse que estava cumprindo a Lei 141 ele discordaria, não votava, mas
858 haveria a apresentação. “Como o presidente tem a prerrogativa de interpretar a legislação dentro da
859 reunião do conselho e também o regimento, é o senhor dizer qual a interpretação que vai dar e dizer: olha,
860 faremos a apresentação, pois é o que cumpre a lei. Então, fico satisfeito, acompanho a apresentação, pois
861 o meu objetivo não é anular a apresentação, mas ter um esclarecimento.” O Senhor Presidente explicou
862 para o Conselheiro Marcos Antonio, que a legislação dizia que o gestor do SUS apresentaria, mas não
863 dizia que especificamente seria o ministro da saúde, o secretário de Estado ou os secretários municipais, e
864 sim o gestor do SUS que poderia ser qualquer pessoa que estivesse investido de qualquer cargo público.
865 Salientou que estava informando apenas o que constava na lei, e nela não havia nenhum espaço que
866 especificasse que só poderia ser o secretário de saúde. Explicou que ele poderia ter até o entendimento
867 diferenciado de todos ou não, e colocou para o pleno para que o mesmo deliberasse a indicação da gestão
868 do Sr. Waldélio para apresentar a Prestação de Contas do Primeiro Quadrimestre ou que aguardassem e
869 colocassem em pauta para outra reunião para que o próprio secretário, o Sr. Fábio Vilas-Boas Pinto
870 apresentasse. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio perguntou ao Senhor Presidente se
871 qualquer pessoa que possuísse um cargo de confiança estaria representando a gestão, e explicou que na
872 legislação, através dos instrumentos oficiais, o gestor do SUS era geralmente o chefe da cadeira da área
873 da saúde. Salientou que aquele era o seu entendimento e insistiu em perguntar se o entendimento de fato
874 era realmente aquele, que qualquer pessoa que tivesse um cargo de confiança e que fosse delegada pelo
875 Senhor Secretário teria a prerrogativa de ser reconhecido ali como o gestor do SUS, não seria nem
876 representante da gestão, mas o gestor do SUS. A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho colocou que
877 aderiria a opinião do Conselheiro Marcos Antonio por acreditar que aquele cuidado era necessário.
878 Inclusive o mesmo já havia feito os esclarecimentos, porém, um clima de diálogo, que se o gestor fosse
879 mudo teriam tido intérprete de libras e não teria suspenso temporariamente no primeiro dia a
880 Conferência, porque certamente estaria garantido e seriam poupados de algumas asneiras que tinham sido
881 ditas, a não ser que houvesse intérprete de libras para que a população assim entendesse. Então, com todo
882 o respeito ao Senhor Waldélio, precisavam ter aquele cuidado sim, porque estavam abrindo um
883 precedente perigoso. Estava naquele CES e nunca tinha visto um relatório trimestral de gestão,
884 inclusive tinha conselheiros ali há mais tempo e nunca tinha visto ser apresentado por outra pessoa que
885 não fosse o gestor. Salientou que seria preciso a presença do gestor ali e o mesmo precisava dialogar com
886 os conselheiros para que saíssem daquele “rame rame e daquele mi mi mi”. O Conselheiro Lázaro Ribeiro
887 de Souza colocou que a questão ali era o gestor SUS, mas será que ninguém poderia outorgar? Era o que
888 estava em discussão, aquela situação estava sendo uma prática no CES, adiando pautas, o consórcio
889 passava, adiando pautas, outros assuntos passavam por causa das picuinhas, dos interesses, era natural.
890 No entanto, acreditava que se houvesse o impedimento, já que naquele dia o secretário encontrava-se na
891 Europa e ficava inviável o funcionamento do CES daquela forma, e se no dia seguinte tivesse outra
892 demanda da SESAB, do governador? Então, aquilo ali já estava saindo do equilíbrio do que era bom
893 senso e serem equilibrados. Seria o gestor do SUS, e se o mesmo não fosse? Entretanto, ficou no vazio
894 normativo e na dubildade. O Conselheiro Marcos Antonio havia entendido um impedimento na figura
895 que ali estava que teria que seguir o sucessório, o que o levavam a entrar em outras discussões. Se a lei
896 também o impedia de outorgar aquela apresentação por alguém, aquilo tinha que ficar resolvido, porque
897 não resolveria suspender naquele dia, pois se suspendesse e a pessoa não entendesse politicamente que
898 não sentava com o CES, travava o CES, e ali estava travado. Sugeriu que discutissem lei, porque aquela
899 forma de procedimento inviabilizava o controle social. Naquele dia iriam tirar a pauta, se havia interesse

900 já sabia que havia, estava virando um campo de batalhas, um lugar de motim para pegar o secretário.
901 “Acho que se você quer pegar o secretário vai lá na SESAB, só não pode inviabilizar a pauta da saúde
902 pública. Hoje não vai apresentar e aí é que está o perigo, se o secretário vier apresentar, ótimo, não tenho
903 cuidado não, sou bem tranquilo e só vou ficar aqui ouvindo todos os dias essa discussão política e que já
904 sei qual o resultado: controle social que não faz, SUS que não faz e é bem tranquilo as pessoas ficarem
905 falando também. Tenho preocupação, porque tenho uma representação, tenho discutido com a Central
906 Única dos Trabalhadores a minha representação no CES e tenho procurado representar alguém ou alguma
907 coisa. Se estiver interessado em me representar, tenho também o direito de me manifestar e não sou
908 obrigado a ficar aqui sempre apostando nessa jogada ensaiada, que faz o CES não funcionar”. O
909 Conselheiro Cícero Figueiredo Ribeiro declarou entender que o gestor estivesse apresentando as contas
910 através do relatório do quadrimestre e o Sr. Waldélio tinha a responsabilidade legal, independente de estar
911 apresentando pessoalmente ou não. Quando se apresentava um gestor estadual que iria apresentar o
912 relatório da gestão dele ao Tribunal de Contas do Estado não era necessário que o governador fosse
913 entregá-lo, então, ele tinha responsabilidade sobre aquilo e não tirava a responsabilidade do secretário no
914 que estava sendo apresentado ali, e ele seria cobrado, porque havia outorgado alguém a falar em nome da
915 gestão. Então, seria dentro daqueles dados que iriam discutir, não poderia ser no entendimento: “olha,
916 apresentei esses dados, vocês não gostaram. Ah! Não apresentei, isso não existe.” E quando se fazia uma
917 apresentação ali era registrada em ata e o mesmo tinha ido em nome do secretário. Havia o representante
918 da gestão que informava que o mesmo estava outorgado a apresentar os dados, então, não via
919 impedimento em analisar a situação, porém, se havia a dúvida legal tinha que ter a consciência da
920 seguinte forma: “tudo bem, não vai apresentar. Porém, seria preciso um parecer legal do Ministério
921 Público para dizer: a lei é para ser interpretada dessa forma ou não”. Ressaltou que não dava para todos
922 irem à reunião aguardando a apresentação do relatório e ir embora novamente sem nenhum dado, o que
923 vinha acontecendo sucessivamente. As pautas do CES não estavam sendo discutidas, aquilo era um fato,
924 independente se havia erro da gestão, porém, existiam erros do conselheiro, tinha que fazer a *mea culpa*
925 em relação à questão, entretanto, tinham que ter o embasamento legal, caso naquele dia fosse suspensa a
926 apresentação se poderia ou não definir a situação, pois não dava para marcar para o próximo mês se
927 discutir um assunto e ter que voltar sem ao menos ter um conhecimento daquilo que iria ser apresentado.
928 O Conselheiro Antonio Marcos Almeida Sampaio solicitou ao Conselheiro Lázaro Ribeiro que tivesse um
929 pouco de calma, pois o mesmo poderia falar, já que a democracia assistia, e falou que iria citá-lo e
930 gostaria que ele respondesse a sua indagação. Pelo fato de ser sindicalista muito admiravam aquela
931 postura, todos no CES poderiam ser citados, também tinham direito de resposta e o mesmo teria o direito
932 de fazer ou não, caso requeresse, da mesma forma ele próprio ao final da fala. Acreditava que deveriam
933 ter cuidado em relação a algumas falas colocadas ali no CES, porque não era o CES que vinha
934 inviabilizando algumas questões e sim a própria gestão. Não tinha que usar aquela novela de que tinha
935 algumas pessoas com picuinhas, ele se achar contrário a algumas questões era tentar se esclarecer até
936 mesmo para saber o que estava fazendo ali. Quanto à questão do relatório, e para que se eximisse logo a
937 discussão, acreditava que tinha que parar com a história de que vinham para a reunião e se remarcava,
938 pois era o pleno que decidia. Então, seria apenas levar para o pleno, o mesmo se sentir esclarecido ou não,
939 o que deveria ser apresentado ou se estava cumprindo a Lei nº 141 ou não, e deveria parar de ter a *mea*
940 *culpa*, porque o pleno não era constituído de apenas uma pessoa, mas várias pessoas faziam parte, e no
941 momento da decisão não tomavam, até para ser contrário, se tinha a decisão de querer ser ou não, e
942 poderia constar na ata. Acreditava que através daquele pressuposto alguns companheiros deveriam ter
943 respeito nas suas falas, já que não via ali como um campo de batalha, mas como um campo de se ter uma
944 responsabilidade que recaía através do conselheiro, que respondiam por lei aquela responsabilidade que
945 tinham. E dentro da mesma e do papel que ia ali cumprir iria fazer, gostassem ou não, porque foi para
946 aquele papel que foi eleito, para poder fazer e estava ali para realizá-lo. Salientou que se o companheiro
947 Lázaro Ribeiro se sentisse à vontade em dar a resposta e quisesse conversar, estaria aberto a fazer o que
948 quisesse, já que na militância que aprendeu, a democracia o assistia para que aceitasse as contradições a
949 partir do momento em que falava. Então, estava aberto para quem quisesse ser contrário a ele também e
950 respeitasse a democracia. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio comentou que o vírus da
951 ditadura estava contaminando algumas pessoas no estado da Bahia, e em nenhum momento havia dito que
952 suspendesse a apresentação nem entrado no mérito se deveria suspender ou não ou se era contra. Apenas
953 pediu ao Senhor Presidente que lesse, e nem citou o artigo, porque já tinha conhecimento, para que não
954 dissessem que era picuinha, porque ali atualmente o contraditório era tido como picuinha, então, ele não
955 negociava princípios. Disse que não abria mão de negociar valores com relação ao seu caráter, se eram
956 picuinhas ou não para ele se tratava de falas vazias de pessoas que realmente tinham interesses. Colocou
957 para a mesa que o que tinha sido solicitado foi que dessem ali e ainda respeitando a prerrogativa que o
958 Senhor presidente tinha, o que para ele não seria nem um caso omissos, mas os casos omissos, já que o
959 Senhor Presidente tinha a prerrogativa de fazer o primeiro entendimento, e encaminhasse para o pleno

960 para que o mesmo tivesse entendimento. Porém, não dava para chegar ali e assistir algumas discussões
961 que eram caracterizações daquilo que não estava acontecendo, e em nenhum momento algum conselheiro
962 havia pedido para que o Senhor Secretário fosse para a Europa, então, não tinha sido ele que havia
963 causado o problema na sua ausência. Quanto à reunião anterior, tinha sido solicitada a retirada da pauta
964 porque o Senhor Secretário havia viajado, e de fato a compreensão tinha sido que realmente a
965 apresentação só poderia ser realizada por ele. Inclusive o esforço que o Senhor Presidente tinha feito para
966 que se marcasse a reunião naquele dia tinha sido porque seria uma data onde o Senhor Secretário poderia
967 participar, que o entendimento seria que ele deveria apresentar, de repente surgiu aquela viagem, que
968 realmente era muito importante para o estado da Bahia e que o Senhor Secretário tinha empreendimento.
969 O que seria preciso de fato era pautar o que dizia a lei, então, dariam uma caracterização do que era.
970 Ressaltou que quando o Sr. Washington Couto esteve ali apresentando quando o Secretário Solla não
971 havia feito e delegado ao Sr. Washington, o primeiro estava ao lado, estando também a gestão anterior
972 com a compreensão que quem teria de apresentar seria a própria gestão anterior e o gestor atual, pois o
973 mesmo estava presente, o que caracterizava que ele estava ali para apresentar. Porém, quem leu seguindo
974 a lógica de que o Conselheiro Ivonildo havia colocado que seria como se o Senhor Secretário estivesse
975 mudo e tinha um intérprete naquele momento fazendo a leitura para que todos entendessem, na sua
976 compreensão iriam fazendo de modo lúdico. Para agilizar o processo, já que as pessoas cobravam o
977 respeito e diziam que queriam tirar de pauta, nenhum conselheiro ia até ali para tirar de pauta, mas para
978 cumprir a pauta. Disse que no município de Salvador estavam com a gestão compartilhada com o
979 Ministério Público, se o conselheiro estivesse com três faltas consecutivas e ele não agisse, o Ministério
980 Público dizia que não estava cumprindo com o dispositivo legal, e se o gestor do SUS não fosse
981 apresentar lá no Conselho Municipal de Salvador, se devolvia o relatório do quadrimestre, se o mesmo
982 não dissesse que iria apresentar na Câmara. Por isso o Senhor Secretário Municipal de Saúde foi obrigado
983 a comparecer na Câmara Municipal para apresentar ao conselho e à Comissão de Orçamento. Destacou
984 que estava chamando a atenção, não no sentido de travar, mas porque todos ali tinham co-
985 responsabilidade, e se o Senhor Presidente entrasse no Fundo Nacional de Saúde o nome do recurso
986 quando passava para o Estado constava o nome do presidente, e quando se passava para o município se
987 constava o nome do presidente do Conselho Municipal que representava o CES. Então, era co-gestão,
988 tinham responsabilidades com o que dizia a lei, no entanto, se queriam dar uma interpretação que
989 informasse e a pessoa começaria a apresentar, porque a interpretação atual era que estavam todos ali e
990 seria feita a apresentação para que conhecessem o quadrimestre, o que era válido, porém, iriam
991 reconhecer que o gestor do SUS havia ido e pronto, as demais situações, acreditava que não era um fórum
992 de discussões. O Senhor Presidente destacou que o questionamento do Conselheiro Marcos Antonio com
993 relação à questão da interpretação da lei no parágrafo 5º com o gestor do SUS, o entendimento era que
994 deveria ser o Senhor Secretário que fizesse a apresentação, mas já que o mesmo não estava por motivo de
995 viagem a trabalho, então tinha sido indicado pela gestão que o Sr. Waldélio apresentasse o segundo
996 quadrimestre. Colocou em apreciação a proposta da apresentação do segundo quadrimestre pelo Sr.
997 Waldélio ou que fosse colocado em pauta para outra reunião para que o Secretário apresentasse. Foi
998 aprovado que a apresentação ficasse para a reunião seguinte. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos
999 salientou que tinha direito, até para que se registrasse em ata e comungando com o Conselheiro Lázaro, o
1000 que estava bem claro ali, “até para que a minha posição seja respeitada, mesmo discordando, é o
1001 travamento da pauta sim, a argumentação que houve foi a seção 3, parágrafo 5º, por entender que é gestor
1002 e não gestão, desconsiderando inclusive os argumentos do Conselheiro Cícero de que a gestão tem
1003 responsabilidades com o que se está apresentando, independentemente de quem apresente, porque está
1004 sendo representado por ela.” Destacou que estava sendo posta a questão do respeito às pessoas, então,
1005 teriam que ter seriedade e compromisso, porque aquela questão não era brincadeira, para que algumas
1006 pessoas ficassem debochando, dando sorrisos irônicos em suas falas, porque aquilo ali era uma coisa séria
1007 que estavam fazendo, independentemente do segmento que cada um representasse. Existiam segmentos
1008 representados pela gestão, pelos trabalhadores e pelos usuários, e todos eram conselheiros de saúde, não
1009 existiam níveis de conselheiro um, dois e conselheiro tipo três ou de segunda ordem, eram conselheiros
1010 de saúde. Solicitou ao Senhor Presidente que ficasse registrado, iria cobrar a condução mais célere da
1011 mesa e iria cobrar que a mesma cumprisse o regimento, pois a mesa estava se perdendo na condução e iria
1012 exigir que aquilo fosse cumprido, uma vez que o processo estava se desenrolando e não estava cumprindo
1013 o papel do controle social. Salientou que a argumentação para que não houvesse a apresentação estava
1014 derrubada, independentemente de um processo votatório que não tinha sido conclusivo, até porque ele tinha
1015 solicitado a revisão da recotagem de votos e a mesa tinha que dar o encaminhamento. Então, o processo
1016 não estava conclusivo, por isso estava derrubada a argumentação, porque tinham presente o subsecretário
1017 que respondia na ausência do secretário e poderia apresentar o Relatório do Quadrimestre da Gestão da
1018 Saúde do Estado da Bahia. O Conselheiro Jorge Geraldo de Jesus Rosário pontuou que o CES havia se
1019 superado na 9ª CONFERES, se dedicaram a fazer o trabalho, inclusive a Conselheira Lílian que tinha

1020 depositado um esforço muito grande. No entanto, o esforço que estavam tendo para a condução do CES
1021 se fazia necessário ter um olhar. Declarou concordar com a fala do Conselheiro Marcos Antonio quando
1022 fez a colocação da questão do gestor, mas ao mesmo tempo trouxe a fala do conselheiro que tinha feito a
1023 abordagem da responsabilidade, em que então entrava a responsabilidade jurídica de quem estava
1024 delegando o poder e outorga para a apresentação. Porém, chamava a atenção também, que antes de fazer a
1025 recontagem tinha solicitado à mesa que fizesse novamente a recontagem, porque estavam com dúvidas, e
1026 naquele mesmo momento chegava o subsecretário, então, acreditava que seria salutar, positivo, e
1027 poderiam muito bem outorgar uma aprovação com observações, por isso entendia que deveriam entrar em
1028 um consenso, para que houvesse uma maturidade do CES. Parabenizou o presidente, destacando que se
1029 comparada com doze anos passados a gestão do CES tinha melhorado muito, o controle social
1030 efetivamente tinha realizado o seu papel, e solicitou de todos que permitissem rever aquela questão e
1031 oportunamente se o Senhor Presidente assim quisesse e todos os conselheiros concordassem, já que o
1032 subsecretário havia executado a palavra de que ele era o representante, dessem a ele a condição de
1033 realizar a apresentação, e qualquer tipo de ressalva o pleno estaria ali para fazer em nível de aprovação ou
1034 não. Acreditava que era uma medida bastante democrática e prudente da parte do CES. O Conselheiro
1035 Josivaldo de Jesus Gonçalves comentou que tinha havido um debate longo para que se chegasse a uma
1036 conclusão, que foi a indagação do Conselheiro Marcos Antonio, e ocorreu a votação. Então, se a gestão
1037 sabia que o subsecretário estava chegando houve mais uma vez falha da mesma, porque não solicitou a
1038 interrupção da votação já que o subsecretário estava chegando, para que substituísse o Senhor Secretário,
1039 deixando que a votação fosse realizada e depois que descobriu que tinha perdido solicitou a recontagem
1040 dos votos. Por isso comungava com as palavras do Conselheiro Jorge Geraldo, em que a mesa deveria
1041 novamente consultar o pleno para que o subsecretário realizasse a apresentação, porque queriam sim que
1042 fosse apresentado. Declarou que o CES não tinha “enterrado” as pautas e não era culpa dos conselheiros
1043 que as pautas não tinham acontecido. Aquilo não era verdade, acreditava que precisavam estar serenos e
1044 todos que ali estavam tinham responsabilidades. Deixava claro que cada um dos conselheiros não
1045 representava a ele mesmo como pessoas, mas representava uma entidade e tinha responsabilidades com
1046 ela, então, estava querendo se representar, mas todos estavam ali por causa de uma entidade e deveriam se
1047 reportar às suas entidades. Solicitou que consultassem novamente o pleno, apesar da votação e da derrota
1048 do governo, para que o subsecretário fizesse a apresentação. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida
1049 Sampaio ressaltou que em nenhum momento foi colocada em votação ou encaminhada uma proposta para
1050 que fosse realizada ou não a apresentação, o que havia sido consultado foi somente se o Sr. Waldélio
1051 poderia representar a gestão ou não, porque no entendimento da lei seria o gestor do SUS e o Senhor
1052 Secretário estando em viagem, na cadeira sucessória teria no estado da Bahia quem o assumisse. Houve o
1053 processo de votação, se chegou ao entendimento de que o Senhor Waldélio não poderia apresentar, ou até
1054 durante o processo, se o pleno aceitasse que o subsecretário era o secretário em exercício poderia ser
1055 consultado ou contribuir com a apresentação. Informou que em nenhum momento houve a tentativa de se
1056 travar a pauta, porém, poderia criar alguns mecanismos para se combater algumas questões ali, já que na
1057 BAHIAFARMA, na reunião do Conselho Curador haviam lhe colocado para fora, e no CES a gestão
1058 vinha lhe dizer que tinha que ser homem. Então, não sabia sequer qual o sentido de ser homem na
1059 compreensão das pessoas, mas se fosse o caso preferia ainda ser um menino, porque estava em uma fase
1060 de aprendizado muito grande, e para que se tivesse de caracterizar-se homem na postura que tinha havido
1061 ali preferia ser um menino. Declarou a importância da consulta ser feita como tinha sido e não da
1062 apresentação, se o subsecretário como gestor em exercício realizasse a apresentação, mesmo
1063 reconhecendo que tinha ocorrido uma votação que não autorizou o Senhor Waldélio apresentar. A
1064 Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho comunicou que seria preciso de fato tomar certos cuidados,
1065 já que o calor das emoções em nenhum momento dava a ninguém o direito de ficar desafiando quem era
1066 homem ou quem era mulher, aquele não era o tipo de combate, debate ou diálogo que deveria estabelecer.
1067 Ela também tinha as suas atividades e não era 100% militante, no sentido que precisava trabalhar, e
1068 organizava a sua vida para que ali estivesse. Quando na última quarta-feira não tinha dado quorum,
1069 deixou de cumprir atividade acadêmica para ali estar, então, com todo respeito ao subsecretário que
1070 estava ali para apresentar, tinham uma pauta, houve problema de entendimento e votaram em função do
1071 entendimento que até precisavam buscar, mas também falaram do precedente que se abria ali de um
1072 titular que desconsiderava continuamente e que não era uma ação isolada, porque se colocassem
1073 somente o fato daquele dia poderia até suscitar uma avaliação mais apressada de que estavam travando a
1074 pauta e não se tratava daquilo. Seria importante que cada um que cumpria um papel na democracia e na
1075 defesa de um espaço institucionalizado que defenderam na 9ª CONFERES, “para que não jogassem a
1076 bacia com água e bebê, tudo fora”, estivesse ali no exercício da democracia, e naquele sentido iria sim se
1077 fosse o caso. Informou que era da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, pois se estivessem lhe
1078 mapeando saberia de onde vinha, não era ligada a partido nenhum, era da Rede Nacional Feminista de
1079 Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, conseguiu que o seu colegiado transferisse a sua pauta

1080 para catorze às quinze horas, para que pudesse ir até lá cuidar da sua obrigação e voltasse para a reunião.
1081 Então, não estaria ali no referido horário, por isso deixou claro que tinham que parar com certas práticas
1082 no CES, porque estava difícil e não iria tolerar que ficassem provocando quem era homem e quem era
1083 mulher ali, pois inclusive havia gays, lésbicas, tudo ali, então, que parassem com aquela brincadeira. O
1084 Senhor Presidente destacou que haviam lutado tanto, dizia aquilo porque havia nascido no período da
1085 ditadura e sabia o que era, pois o seu pai havia falecido precocemente e sofreu muito nessa época.
1086 Acreditava que os espaços democráticos deveriam ter o seu respeito e um respeito com o próximo, as
1087 discussões eram divergências de idéias e ninguém poderia ir até ali desrespeitar os seus, até porque estava
1088 naquele espaço em defesa de uma coisa chamada Sistema Único de Saúde, onde estava se lutando para
1089 mantê-lo vivo, porque sabiam como estava a questão da política no Congresso Nacional e dos ataques que
1090 o SUS vinha sofrendo. Declarou que se a mesa realmente seguisse na íntegra o regimento, até porque
1091 acreditava que algumas coisas na vida da democracia tinham que flexionar, porque era através do diálogo
1092 que se conseguia alcançar e crescer, ele não estaria ali naquele momento, pois estaria na porta do
1093 Ministério Público Estadual ou do Ministério Público Federal, e vinha tendo bastante equilíbrio de estar
1094 conversando com a gestão e com os conselheiros, até porque o artigo 36 do regimento rezava que a gestão
1095 teria que dar ampla garantia do funcionamento do CES, portanto, colocar que aquela presidência não
1096 estava cumprindo o regimento era uma inverdade. Disse que o CES vinha flexibilizando e fazendo com
1097 que as pessoas tivessem o entendimento, porque a mesa entendia que o seu papel era aproximar,
1098 questionar e tentar dirimir todas as dúvidas entre a gestão e o CES, e tinha plena certeza de que não estava
1099 ferindo o regimento. Claro que consensuava, como por exemplo, da proposta do Conselheiro Jorge
1100 Geraldo, que se fosse seguir um regramento já tinha havido uma votação, então iriam voltar atrás?
1101 Estariam assim voltando um precedente, mas era o pleno que estava levando e por isso a mesa teria que
1102 ter o consenso, se iria colocar ou não. Não estava ferindo o regimento, então, seria preciso um pouco de
1103 bom senso, porque ele estava ali representando a CUT, e no momento em que acreditasse que não deveria
1104 estar mais no CES chegaria ao presidente Cedro e aos seus companheiros e diria que não teria mais
1105 capacidade de estar ali, que procurassem uma pessoa mais qualificada, pois o que tinha que dar lá já tinha
1106 dado. Comunicou que já tinha prestado contas com o seu conselheiro, e naquela semana tinha encontrado
1107 com o seu presidente que lhe falou que precisavam conversar sobre o CES, então, aquela era a questão e
1108 gostaria que desarmassem os corações, porque tinham uma responsabilidade muito grande com a
1109 sociedade civil referente ao SUS e a saúde no Estado da Bahia. A gestão teria que entender as críticas, o
1110 que andava bem seria elogiado, aquele era um espaço de construção e por ser de construção tinham que
1111 ouvir as críticas e os elogios, por isso tinha que haver discernimento entre eles. Acreditava no sentimento
1112 que saíam das suas casas, tinham pessoas da gestão e estavam fazendo determinados tipos de críticas,
1113 discussões que não estavam levando a nada, por isso pediu que fizessem ponderações, que fizessem o
1114 encaminhamento do Conselheiro Jorge Geraldo, se poderia ser revista a questão daquilo que havia sido
1115 deliberado e a gestão faria a apresentação, já que não sabia se o subsecretário estaria apto a fazer a
1116 apresentação por parte da gestão, ou se havia a concordância do representante legal naquele dia, o Sr.
1117 Roberto Badaró autorizar o Sr. Waldélio a apresentar o Segundo Quadrimestre, já que o gestor da saúde
1118 estava presente. Colocou em votação a realização da apresentação através do Senhor subsecretário ou do
1119 Sr Waldélio. O Senhor Roberto Badaró – Subsecretário de Saúde do Estado da Bahia justificou a sua
1120 ausência ali mais cedo, alegando que estava participando de uma reunião na Secretaria de Planejamento –
1121 SEPLAN, apresentando os quatro objetivos fundamentais que tinham sido traços dos oito objetivos, e
1122 dentro dos oito, três estavam relacionados com a saúde, entre eles a questão da mortalidade infantil, a
1123 mortalidade materna e as doenças transmitidas por vetores. Esteve presente toda a equipe da
1124 Superintendência de Regulação e a Superintendência de Atenção à Saúde para fazerem a apresentação, e
1125 evidentemente com questões técnicas científicas que realmente cabiam ao gestor fazer a apresentação e
1126 discutir com toda a equipe que tinha sido convidada das universidades, dos setores que faziam o
1127 julgamento do assunto, por isso não pode estar presente. Então, por aquele motivo de forma preventiva,
1128 para que não deixasse de cumprir com o dever de levar até o CES aquela apresentação, propunha que o
1129 Senhor Waldélio realizasse a apresentação, pois ele estaria ali presente assim que terminasse, uma vez
1130 que não tinha importância do ponto de vista de quem iria falar, mas de quem estaria assumindo a
1131 responsabilidade, então, ele foi até lá assumir a responsabilidade pelo que o Senhor Waldélio apresentasse
1132 e estava presente para responder os questionamentos. Ressaltou que seria melhor até que a apresentação
1133 fosse realizada por quem tinha ajudado a preparar, pois era um respeito e uma decência a todos, não de ler
1134 um relatório, mas de alguém que preparou para fazer. Então, que fosse feito como planejado, o Senhor
1135 Waldélio apresentaria e ele sentaria ali e assumiria toda a responsabilidade pelo que fosse dito. O Senhor
1136 Presidente consultou o pleno, que aprovou a proposta do subsecretário, Roberto Badaró. O Sr. Waldélio
1137 Oliveira deu seguimento à apresentação da Prestação de Contas da SESAB, 2º Quadrimestre 2015, que
1138 foi enviada por e-mail a todos os conselheiros. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos
1139 comentou que aqueles treze compromissos já tinham sido apresentados e debatidos no pleno por muitas

1140 vezes, e percebia que o fortalecimento na verdade ocorria em cima de recursos de Média e Alta
1141 Complexidade, pois esqueciam que combater era prevenir, prevenir saúde era prevenção, então, o que
1142 precisavam ver mesmo seria um fortalecimento de recursos, um investimento maior na Atenção Básica
1143 para que não fosse necessário precisar da Alta e Média Complexidade. Destacou o item População em
1144 Situação de Vulnerabilidade no Estado da Bahia, salientando que a Pastoral da Pessoa Idosa
1145 acompanhava quase doze mil pessoas internadas, pessoas que recebiam visitas domiciliares, no entanto,
1146 tinha visto dados expressivos de um avanço do atendimento da atenção domiciliar à saúde das pessoas.
1147 Informou que havia participado recentemente da Conferência Estadual de Saúde da Pessoa Idosa e não
1148 via a reprodução no estado daqueles avanços na saúde das pessoas na Atenção Domiciliar, principalmente
1149 a população idosa. Inclusive, houve uma crítica sobre a ausência de saúde para aquela população que não
1150 tinha como as famílias colocarem em um *carro de mão* e saírem procurando nas portas dos hospitais para
1151 serem atendidas. Disse que a População Encarcerada também era outra situação, onde não se via o avanço
1152 que aparecia nos dados como ações, por exemplo: o município de Salvador possuía dez equipes de
1153 Atenção à Saúde do Sistema Prisional, porém, nunca tinha visto uma equipe lá atuando, e eles tomaram o
1154 cuidado de no Relatório de Gestão não apresentarem os dados, porque de fato não estavam revisando,
1155 mas já tinham recebido quatrocentos mil reais nos últimos doze meses para desenvolverem a Política de
1156 Atenção à População Encarcerada. Quanto à questão da População com Transtorno Mental, ele e a
1157 Conselheira Eliane tinham visitado o Hospital Juliano Moreira e o Hospital Mário Leal e a situação de
1158 saúde dos pacientes era mais degradante do que as pessoas que estavam dentro do sistema prisional. O
1159 desleixo com a saúde dentro dos hospitais psiquiátricos fez com que sáísse horrorizado do Hospital
1160 Juliano Moreira ao ver o sofrimento daquelas pessoas, e mais grave ainda, o sofrimento dos trabalhadores
1161 e trabalhadoras que se sentiam impotentes diante daquela situação vivenciada em ambos os hospitais.
1162 Comunicou ainda que o Hospital de Custódia e Tratamento – HCT já havia sido interditado há dois anos,
1163 e atualmente estava solicitando socorro à gestão de saúde, para que encontrasse um espaço para
1164 colocarem as pessoas, porque se tratava de um acúmulo de pessoas que eram colocadas lá sem nenhum
1165 tratamento que pudesse dar uma qualidade de vida a elas. Em relação ao Cumprimento 11 sobre o
1166 fortalecimento do controle social, disse que não se fortalecia controle social da forma que estavam
1167 vivendo naquele momento, sem ter almoço, então, aquilo não era fortalecimento e o CES já estava
1168 ocupando o terceiro espaço somente no ano de 2015. Quanto às políticas que estavam sendo
1169 incrementadas ou que constavam nos relatórios e uma aplicação de recursos bastante significativos,
1170 enfatizou que seria preciso um mecanismo de acompanhamento, a exemplo do que tinha falado em
1171 Salvador. O município de Serrinha tinha a gestão do sistema prisional de co-gestão e recebia incentivo do
1172 Fundo Nacional para desenvolver o que significava que recebia duas vezes, como também o município de
1173 Lauro de Freitas e outros, e as políticas que tinham sido apresentadas. Com muita sabedoria precisavam
1174 ter um mecanismo, porque não bastava somente ir o recurso e não ter o acompanhamento da gestão para
1175 saber o que tinha sido produzido com o recurso que foi alocado. O Conselheiro Luiz Américo Pereira
1176 Câmara comentou que tinha lido chamado a atenção e também preocupado, a questão da aplicação dos
1177 recursos da saúde que estava em 10%, ao contrário das metas físicas que eram acumulativas e
1178 proporcionais, o que significava que para atingir o mínimo de 12% naqueles últimos meses, o Estado teria
1179 que gastar de 14% a 15%. Poderiam até fazer o cálculo, era muito preocupante aquela questão que estava
1180 bem abaixo de 12% e não podiam se contentar com o mínimo, queria ao menos os dois anos anteriores que
1181 tinha ficado em 13%. Solicitou que fosse comentado também, porque o Laboratório Central - LACEN
1182 estava somente com um terço da meta de 2014 até o mês de agosto, o que significava que seria cumprido
1183 muito abaixo do que era anteriormente. Comentou também os 30% do Compromisso 2, o que era notório
1184 justamente na Atenção Básica, sendo algo que deveria chamar a atenção, que o principal atingido estava
1185 sendo no que pegava a Atenção Básica. Questionou qual seria a fonte do número de leitos ali apresentado,
1186 cerca de cinco mil, porque tinham observado em um levantamento realizado, inclusive com o respaldo da
1187 SESAB, de que os leitos que existiam no Conselho Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES não
1188 era a realidade, existiam menos leitos do que estava escrito no CNES. Então, teriam que ver se aquela
1189 informação poderia dizer que a relação, pelo menos com obstetrícia, os dados eram falsos. Ressaltou que
1190 o Hospital Ernesto Simões estava há três anos sendo reformado, o que parecia piada, e o Hospital Roberto
1191 Santos pelo que sabia havia consertado apenas um pequeno teto que tinha caído. Nesse sentido, perguntou
1192 qual reforma estava sendo realizada, porque ele trabalhava lá todas as quartas-feiras, então, queria saber
1193 se tinha somente o teto e estavam colocando na apresentação como se tivesse sido algo de investimento.
1194 Comentou a produção do Hospital Carvalho Luz com somente 30%, e perguntou se na Tabela 52 eram os
1195 dados, a meta do ano todo ou se era até o mês de agosto. E outra situação que deveria ser colocada na
1196 reunião era o fato do Senhor Secretário desde o início da sua gestão haver colocado que a dívida da
1197 SESAB era um dos grandes entraves para o desenvolvimento da saúde. Perguntou ainda como estava a
1198 situação da SESAB em relação à dívida naquele momento. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida
1199 Sampaio questionou qual a reunião do CES que haviam aprovado a Programação Anual do Estado,

1200 porque na apresentação falava de metas que estavam sendo cumpridas, que atendia a uma programação
1201 anual, e já que ele não se recordava, talvez tivesse sido em um dia em que teve algum problema. No
1202 entanto, não recordava do Conselho ter se debruçado a respeito da programação, por isso seria preciso os
1203 instrumentos para que soubessem onde iriam chegar. Declarou sentir falta de algumas questões que
1204 vinham discutindo durante o período todo, tipo a reforma administrativa que trouxe de fato a economia
1205 que tinha sido pensada, extinguiram as DARES, a gestão entrou na discussão de insalubridade, a pauta do
1206 CES ficou todo o tempo indo e voltando para as discussões e não tinha visto se aquilo de fato havia
1207 trazido uma economia. Então, queria ouvir um pouco sobre a questão. O que se gastou na
1208 BAHIAFARMA, o fechamento das farmácias com a justificativa que não dava lucro, porque para ele o
1209 que dava lucro seria o cidadão atendido, mas naquela lógica de dar ou não lucro de fato naquele período,
1210 como estava a gestão financeira, o aporte, houve atrasos dos funcionários das terceirizadas e de algumas
1211 terceirizadas da BAHIAFARMA que estava há seis meses sem receber salário, então, aqueles recursos
1212 tinham ido ou não, como estava aquela questão? Em relação à Atenção Básica, perguntou como estava a
1213 expansão, não naquela leitura, tinha havido um avanço ou houve um recuo na questão de unidades em
1214 relação a vários projetos que deveriam estar em andamento em nível de previsão e, no entanto, não
1215 tinham visto a expansão. Destacou que tinha sentido um pouco a questão da Linha do Cuidado, tudo bem
1216 que estavam em algumas metas mais arrojadas, mas tinham que saber como estava a Saúde da Mulher, a
1217 Saúde do Homem, a Saúde da População Negra, existia a política de combate ao racismo, porque tinha
1218 sofrido na BAHIAFARMA discriminação e não tinha visto um setor lá que cuidasse da inclusão dos
1219 negros dentro da SESAB. Perguntou ainda como estavam as coordenações, se tinha negros em lugares de
1220 destaque ou não, então, gostaria de saber ainda dentro da Linha do Cuidado como estava a Saúde da
1221 Criança, se houve um avanço, se tinha sido priorizada ou não, a valorização dos trabalhadores que tinham
1222 levado um bom tempo discutindo também a questão do trabalhador, como estava a política de
1223 valorização, o acordo que houve com os trabalhadores, se houve impacto ou não. Salientou que seriam
1224 aquelas questões que deveriam ser levadas para o pleno, para que pudessem dar um parecer, pois o que
1225 tinham vivido na realidade era somente queixas de pessoas insatisfeitas, as obras que precisavam ser
1226 inauguradas. Informou que no dia anterior à reunião do CES havia ficado muito feliz quando o Sr. José
1227 Saturnino Rodrigues realizou uma apresentação belíssima no Conselho Municipal de Saúde de Salvador,
1228 em que disse que o Hospital Geral do Estado – HGE 2 iria abrir. Porém, deveria haver mais leitos do que
1229 apenas quarenta para um hospital daquele porte. Solicitou respostas com relação à aprovação da
1230 programação na reunião, se realmente houve ou não e quando viria o Plano Estadual de Saúde referente
1231 ao período 2015 a 2019, pelo fato de já estarem no final do ano de 2015 e o mesmo se encerraria no mês
1232 seguinte. A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira declarou ter gostado muito da apresentação
1233 do ponto de vista técnico e pedagógico, no entanto, quem acompanhava a saúde no estado da Bahia, e no
1234 seu caso a Saúde Mental, onde recentemente havia realizado visitas nos hospitais psiquiátricos, onde o
1235 Conselheiro José Silvino já havia colocado uma vez que atuavam juntos, percebeu que alguns CAPS
1236 novos tinham sido construídos, mas a prática era uma coisa desoladora, a forma como os usuários da
1237 saúde mental eram tratados nos CAPS e nos hospitais lhe deixava extremamente preocupada. Durante a
1238 Conferência teve a oportunidade de ver um grupo das práticas integrativas que havia se apresentado,
1239 porque não precisavam somente mostrar as críticas, mas também realizar alguma proposta para que juntos
1240 pudessem estar solucionando todas as questões levadas para o CES. Então, sugeriu que houvesse uma
1241 integração entre as práticas e o grupo de saúde mental, o que seria de uma utilidade muito grande, porque
1242 nos hospitais principalmente, se via um verdadeiro deserto de pessoas altamente medicalizadas, mas sem
1243 nenhuma terapia ocupacional ou de apoio. Por isso solicitou que fosse pautada no CES a apresentação das
1244 práticas integrativas que poderiam ser muito mais úteis aos segmentos mais vulnerabilizados. Salientou
1245 que existia um grupo muito bom dentro da SESAB fazendo aquele trabalho, inclusive no HUPES, onde
1246 esteve com a Dra. Diana recentemente, e ficou impressionada com o trabalho que a mesma desenvolvia, o
1247 que seria uma forma de tentar melhorar um pouco a situação das pessoas com transtornos. Destacou que o
1248 Instituto de Saúde Coletiva – ISC na questão da saúde mental estava com um projeto de economia
1249 solidária para as pessoas desinstitucionalizadas, para que fossem reintegradas ao mercado, porém, dentro
1250 de uma lógica diferente da lógica de mercado. Mas, recentemente ela tinha ficado muito triste quando o
1251 reitor ofereceu uma casa para que os pesquisadores do ISC pudessem desenvolver aquele projeto, e
1252 ficaram sabendo recentemente também que o pró-reitor estava colocando alguns obstáculos para que a
1253 casa realmente funcionasse com aquele objetivo da economia solidária, onde as pessoas estariam sendo
1254 treinadas em profissões, para que ao serem desinstitucionalizadas tivessem uma vida laboral que a
1255 ajudassem, inclusive na saúde que já vinha sendo restaurada, mas, não ter um lugar onde pudessem estar
1256 atuando, aquilo as levava às internações novamente. A Conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes
1257 colocou que 70% da apresentação tinha sido executada dos compromissos, mas dentro dos recursos com
1258 relação à parte pessoal, 31,3% tinha sido gasto com o pessoal e a Alta Complexidade, o que significava
1259 que o quantitativo pessoal era pequeno para que desse conta de todos os compromissos e de todo o

1260 trabalho. Em relação à Média e Alta Complexidade foi gasto 60%, que significava que a parte da Atenção
1261 Básica que era a prevenção tinha ficado com um gasto menor, e era preocupante, quando diagnosticados
1262 381 casos de hepatite B, o que iria demandar uma rede de atendimento maior, de dois a três milhões de
1263 doses de vacinas que tinham sido utilizadas. Em contrapartida ouvia através dos meios de comunicação e
1264 pessoas comentando, que havia um déficit de vacinas nos postos, não somente em nível estadual, mas em
1265 nível de Brasil, que deveria ser o mesmo problema, porque muitas vacinas eram compradas pelo
1266 Ministério da Saúde, que eram produzidas e estavam em falta. Pontuou que Lhe deixava preocupada
1267 também os 2018 CAPS, como a própria Conselheira Célia havia chamado a atenção, em que a Rede de
1268 Atendimento a Pessoas com Transtorno Mental estava ruim, e se na capital não estava bem imaginassem
1269 no interior. Havia uma falta de medicamentos, e na rede do interior acreditava que existia uma
1270 necessidade de se fazer uma avaliação do cotidiano, de como os pacientes eram atendidos. Destacou que
1271 havia um déficit de médicos psiquiatras, enfermeiros e outros profissionais, então, não se tinha o domínio
1272 daquela prática. Havia também a questão das medicações que deveria ser observada, para que depois não
1273 houvesse a manutenção daquela medicação psiquiátrica. Pontuou ainda que o Conselheiro Marcos Antonio
1274 tinha chamado a atenção sobre a Saúde do Homem, Saúde da Mulher, a Linha do Cuidado, pois, se a
1275 questão da Rede Básica da prevenção não era clara, aquilo ficaria a desejar e passava pela questão da
1276 prevenção. Havia ficado contente com a questão da Rede Básica com relação à Saúde do Trabalhador e
1277 acreditava que independente daquela capacidade somente do trabalhador, o investimento e a aproximação
1278 das unidades dos profissionais de saúde deveria ser acionada, para que atendesse a necessidade e os
1279 propósitos da rede do Sistema Único de Saúde. A Conselheira Eliane Araújo Simões colocou que a
1280 reunião do CES era um compromisso de todos que estivessem no debate, mas era compromisso também
1281 naquele processo de que estivessem juntos e não saíssem prejudicados. Porém, estavam saindo
1282 prejudicados, até aquele horário sem terem almoçado. Disse que o investimento de 54, 1% de
1283 cumprimento era pouco e duvidava se realmente estivesse atingido tudo aquilo, o que poderia ter sido até
1284 erro de cálculo. Parabenizou a apresentação, destacando que estava extremamente didática, bem
1285 interessante, enxuta até demais, porque gostaria de ver até mais alguns números. Na Assistência
1286 Farmacêutica, a Conselheira Maria do Carmo tinha apontado que a oferta do medicamento era
1287 extremamente importante para aquele paciente de saúde mental, mas Lhe preocupava a oferta daquele
1288 medicamento sem acompanhamento. Salientou que ao fazer parte da avaliação do PNASH, onde
1289 avaliavam os hospitais psiquiátricos, uma das coisas que mais a chamou atenção tinha sido uma paciente
1290 entrevistada. Quando estava olhando o seu prontuário, a mesma referenciava dores abdominais. Em
1291 vários momentos em que foi atendida e devido às dores, ela fazia uso dos medicamentos e como efeito
1292 das medicações estava sentindo dores abdominais, e a paciente era atendida por várias vezes no
1293 ambulatório, mas o seu exame de sangue era realizado para saber qual a dose que estava administrando,
1294 então, aquela era uma preocupação que tinha. Colocou para o subsecretário que era da infectologia, uma
1295 pessoa que estava ligada muito às questões de tratamento, então, era uma situação que levava
1296 preocupação. Quanto à estruturação do serviço farmacêutico, não se limitava à questão da logística de
1297 aquisição de compra, programação, mas dos serviços como um todo, onde o atendimento integral ao
1298 paciente tinha que ser realizado e ele tinha que receber os serviços, o acompanhamento do uso daquelas
1299 drogas em qualquer lugar onde estivesse como pacientes de doenças crônicas e de saúde mental. Destacou
1300 também que o mais preocupante foi a questão dos 2185 CAPS, e na consulta do relatório ao hospital
1301 Mário Leal onde aconteciam as reuniões, os familiares apontavam uma situação gravíssima, o Estado não
1302 falava com o município, os CAPS estavam lá, mas não existiam psiquiatras e especialistas para que
1303 saíssem dos hospitais e fossem acompanhados nos municípios, se poderiam ter ressociação e se não
1304 tivessem o tratamento continuado, porque entravam por uma questão de um surto, saía e não tinham a
1305 continuidade, pois não iria ficar bom depois de fazer uso de medicamentos. Portanto, aquele paciente com
1306 certeza voltaria e aquela volta significava custos para o sistema, por isso tinham que fazer aquele
1307 acompanhamento. Quanto à Assistência Farmacêutica declarou que uma paciente havia ligado três vezes,
1308 mas infelizmente por estar participando daquela reunião não pode atendê-la. A paciente tinha um
1309 problema de HTLV que era uma doença que provocava problemas na bexiga, no entanto, precisava
1310 realizar um procedimento, o seu médico precisava de um botox, o que não era somente usado para
1311 embelezar a mulher, tinha também outras utilizações. Disse que o paciente se encontrava no HUPES
1312 aguardando aquele medicamento para que se pudesse realizar o procedimento da cirurgia, então, o que
1313 estava acontecendo e que investimento era aquele em Assistência Farmacêutica que faltava medicamentos
1314 para a saúde mental e para situações daquela ordem? Deveriam ter um pouco de monitoramento, era
1315 preciso acompanhar e verificar como estava as reais situações de todo aquele investimento, se realmente
1316 existia. O Senhor Presidente parabenizou o Senhor Waldélio pela apresentação, salientando que a SESAB
1317 havia distribuído uma ambulância para a Secretaria de Segurança Pública – SSP/BA, pois sabia que tinha
1318 ação compartilhada com a Secretaria de Justiça – SJDH/BA, na questão do atendimento às pessoas
1319 privadas de liberdade. Perguntou o porquê daquela liberação para a SSP/BA e qual o serviço que estava

1320 sendo prestado. Com relação ao controle social, declarou não ter a mensuração de quanto havia sido gasto
1321 na 9ª CONFERES, pois acreditava que a gestão deveria levar para aquele pleno e apresentar qual tinha
1322 sido o custo real da 9ª CONFERES, até porque uma situação vinha lhe incomodando muito: quando via o
1323 Governo do Estado divulgando a Conferência da Mulher, a Conferência do Adolescente e a Conferência
1324 do Idoso se fez um tripé, a Conferência da Mulher estava acontecendo no Gran Hotel Stella Maris e a 9ª
1325 CONFERES que era um grande movimento e que tinha acontecido em quatrocentos e dezessete
1326 municípios não teve uma página de divulgação em nenhum jornal e em nenhum rádio, sendo que naquele
1327 espaço se fazia política o tempo inteiro e não tinha entendido aquele custo, de não divulgar as
1328 quatrocentos e dezessete conferências municipais, a 9ª CONFERES que não teve o apoio da imprensa, o
1329 controle social não deu entrevista e ficaram a “reboque”. Destacou que iria pautar aquela questão, porque
1330 estava lhe incomodando muito e estava sendo cobrado, porque a 9ª CONFERES não tinha alcançado os
1331 meios de comunicação, uma vez que para a população ela não tinha existido, pois passou despercebida na
1332 Bahia e quem a havia divulgado foi apenas o Ministério da Saúde, o qual tinha dado várias entrevistas e
1333 feito a divulgação da 9ª CONFERES na sua amplitude. Ressaltou o que o governo vinha passando com
1334 relação ao ajuste fiscal, em que mais uma vez documentavam para a SESAB e se reuniam na mesa, onde
1335 sendo comentada a solicitação do fornecimento do almoço que sempre tiveram nas reuniões de dois
1336 turnos, então, aquela situação esvaziava as reuniões do CES, porque não se podia continuar uma reunião
1337 sem almoçar, o que significava esvaziar o controle social. Precisavam garantir que em uma reunião que
1338 ocorria uma vez por mês, em que era feito todo um planejamento, porque tinham encaminhado no mês de
1339 janeiro do ano corrente para que a SESAB realizasse a contratação de um espaço onde pudessem realizar
1340 as reuniões do CES e com todas as dificuldades, se tivessem feito uma licitação não estariam ali naquele
1341 dia sofrendo o prejuízo que já era causado de ter que suspender uma reunião por falta de condições para
1342 que o controle social exercesse ali as suas atividades na sua plenitude. E naquele momento o mais grave,
1343 de acordo com as palavras do Conselheiro José Silvino, o CES já estava ocupando no ano de dois mil e
1344 quinze o terceiro espaço de forma precária na questão de espaço. Estavam indo para a SESAB, porque o
1345 CES não podia parar, a 9ª CONFERES havia terminado, mas tinham que mandar cento e oitenta
1346 delegados para Brasília, vinte convidados e ainda tinha que finalizar a relatoria da conferência, resolver
1347 todas as “seqüelas” que ficaram, e cabiam à Comissão Organizadora resolver. Portanto, seria preciso
1348 definir qual o orçamento do controle social, o que estava definido, uma vez que já se discutia, mas seria
1349 preciso a garantia de que no ano de dois mil e dezesseis o CES tivesse o pleno funcionamento. Queria não
1350 entender que a gestão estava tentando esvaziar o controle social na questão de alguns procedimentos que
1351 vinham acontecendo, porque tinham acabado de sair de uma Conferência Estadual de Saúde, onde o
1352 controle social, o qual a gestão também fazia parte, assumiu com todas as dificuldades para que saísse
1353 uma CONFERES, e logo depois foram praticamente despejados do Edifício Capemi. Ou seja, primeiro foi
1354 desligada a energia, depois a questão da internet, e por último quando estavam finalizando um trabalho às
1355 dezoito horas, a Fundação Estatal esteve lá mandando que recolhesse todos os móveis, onde os
1356 funcionários tiveram que parar com todo o trabalho e ficaram dois dias parados. Comunicou que o CES
1357 não havia se mudado para o espaço da escola no bairro do Rio Vermelho, porque ele não era engenheiro,
1358 não tinha nenhum tipo de laudo de segurança e as pessoas que haviam dito que tinham determinado
1359 orçamento, determinados laudos de engenharia e que tinham solicitado da gestão que apresentasse ao
1360 CES, na primeira visita que tinham feito em nenhum momento foi apresentado. Então, jamais colocaria
1361 em risco a vida das pessoas, dos técnicos, trabalhadores, porque no dia seguinte o sindicato estaria
1362 batendo na porta do CES e pressionando o presidente com toda a razão, e como ele vinha da CUT, onde
1363 não abriam mão dos direitos dos trabalhadores e queriam que ampliassem as condições de trabalho, era
1364 uma questão que tinha que garantir aos técnicos. Comunicou ainda que o valor passado ao CES para a
1365 reforma seria de trinta e cinco mil reais, que a SUPERH deveria realizar uma reforma em um prédio
1366 daquele. Acreditava que por aquele valor não se faria nem o telhado, o que diria as outras coisas, então,
1367 teriam a clareza de dizer ao CES: “olha, o que temos realmente é isso aqui, é o que podemos dar a vocês
1368 com todas as dificuldades”. Que dissesse então que o CES deveria procurar outro lugar, marcar uma
1369 audiência com o governador, verificar como o controle social iria fazer para que estivessem dando
1370 garantia de funcionamento, conforme o artº. 36 do Regimento Interno. Seria preciso ter aquela garantia,
1371 porque aquela situação estava causando uma intranquilidade muito grande, não só para os funcionários do
1372 CES, como para os conselheiros estaduais de saúde. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio
1373 solicitou esclarecimentos com relação às auditorias, destacando que na Lei 141 dizia que deveria ter o
1374 relatório que tinha sido feito e por isso gostaria de saber como estava àquela situação no estado da Bahia,
1375 quantas auditorias foram realizadas e quais os resultados. Colocou ainda que a fala do Senhor Presidente
1376 havia reforçado o que tinha sido discutido no início da reunião e tinham colocado para *o que ocorrer*, em
1377 que tinham que separar a discussão do que era do princípio da legalidade, e teriam que ir para o
1378 Ministério Público, mas que teriam que tomar uma posição política no que o CES estava vivendo, pois
1379 não tinham só aquelas ações, mas tinham também sofrido a ação da garantia da palavra de pessoas.

1380 Declarou não saber se deveria confiar quando alguém pegava o microfone e dizia que tal situação iria
1381 acontecer. Houve o pedido de desculpas do Sr. Fernando Daltro, em que os consórcios só seriam
1382 assinados depois do CES, e então foram para lá; houve a discussão que iriam paralisar a discussão do
1383 PPA e que aguardariam as discussões da conferência e o PPA já seria aprovado naquele dia na
1384 Assembléia Legislativa. Se os deputados resolvessem que seria naquele dia, mas iriam discutir no CES
1385 uma pauta em que as suas emendas iriam ficar para quando decidissem que haveria uma revisão, então,
1386 acreditava que reforçava a questão de que todos ali deveriam fazer uma discussão mais ampliada, de qual
1387 posição política o CES deveria tomar a respeito daquela situação. O Senhor Secretário havia ido ao
1388 plenário do CES, informado que haviam ganhado o prédio da justiça onde tinha incendiado e o CES iria
1389 ganhar naquele lugar uma andar, então, os conselheiros começaram a sonhar que teriam biblioteca e até a
1390 creche para quem tivesse filhos colocar lá, mas, já mudaram três vezes, entraram na 9ª CONFERES e a
1391 mudança tinha vindo no processo da mesma, ficando sem internet, porque o CES estava organizando a
1392 questão da mudança no Edifício Capemi e sofreu certa pressão para realizar a conferência, porque iria
1393 para “a casa nova”, e no final da conferência, quando se acreditava que já estava na casa nova e somente
1394 sairia de lá com a promessa de que o prédio que havia incendiado tinha sido reformado e estava pronto.
1395 No entanto, não avisaram ao CES que os móveis tinham sido vendidos, ou seja, leilaram os móveis da
1396 casa com as pessoas dentro, o que foi um desrespeito, e se por acaso estivessem em uma reunião, por
1397 exemplo, da Comissão Organizadora, seria pedido que levantassem das cadeiras? Solicitou a atenção do
1398 pleno para aquela questão que não era uma situação mínima, eram ações planejadas. Primeiro, o caso da
1399 9ª CONFERES, em que não deram assistência nem publicizaram, depois houve um processo de retaliação
1400 para vários conselheiros, como o próprio caso dele mesmo no BAHIAFARMA, a Conselheira Déborah
1401 Dourado e futuramente seriam outros, e quando terminassem de falar ali teriam que discutir se haveria
1402 condições de continuar ou não, pois inclusive até o almoço não tinham mais direito. A Conselheira
1403 Déborah Dourado Lopes colocou que falava ali como representante do Ministério da Saúde, tinha trinta e
1404 dois anos de carreira, era chefe do Setor de Auditoria, sem indicação política, foi para a Auditoria através
1405 de seleção pública, havia tido a sorte de tirar o primeiro lugar e foi considerada com o perfil para
1406 representar pela sua história, e continuava representando o CES até que o seu mandato se esgotasse, senão
1407 iriam conversar no Ministério Público Federal que era o local onde se discutia os princípios da legalidade
1408 e da institucionalidade. Declarou sua surpresa diante da forma com que as coisas vinham acontecendo,
1409 uma forma mesmo autoritária, ameaçadora às pessoas. Comunicou que era professora da UNEB há vinte
1410 e sete anos e a sua história era conhecida, não tinha nenhum tipo de ambição e nunca frequentou
1411 bastidores do poder para pedir nada, sua história era de construção, respeito, dignidade, e acima de tudo
1412 em defesa da saúde pública. Portanto, não se sentia ameaçada “com notas plantadas” que era desafeto,
1413 quando não existia relação de afetividade, e achava muito estranho os termos que se usava em relação à
1414 forma que tentavam coagir as pessoas. Destacou que não mediria esforços para buscar os seus direitos no
1415 Ministério Público Federal, fazia parte da Rede de Controle, porque já estava com chefe de auditoria há
1416 dezessete anos, um trabalho reconhecido, era avaliada permanentemente e tinham três avaliações do
1417 Ministério que a Bahia estava em primeiro lugar e ela era avaliada com a nota máxima. “Então, esta
1418 história não está à venda e nem sujeita à manipulação política de a, b ou c. Respeitamos as pessoas, as
1419 histórias das pessoas, até os termos que foram colocados mostravam que na verdade a fragilidade da atual
1420 gestão a se referir que chancelou, pois plenária não chancela, plenária delibera, aprova, e a mesma aprova
1421 tudo que é delegado dentro das conferências.” Colocou que da 8ª Conferência Nacional de Saúde até a
1422 15ª, que ela iria participar, pois se ela não participasse ninguém mais do estado da Bahia iria, porque
1423 entraria com representação no Ministério Público Federal. Informou que saiu como delegada eleita,
1424 reconhecida pelo seu trabalho da 8ª Conferência Nacional de Saúde e só tinha faltado até então a duas
1425 conferências, e em todas as outras tinha sido eleita delegada, por isso gostaria de solicitar o respeito à sua
1426 pessoa e à sua história, para que estivesse na manipulação política de coisas que nem havia percebido, e
1427 se tivesse assumiria em público. Então, que respeitassem a saúde pública da Bahia e as pessoas. Reforçou
1428 ainda, que não era de dar trela a ninguém, e para ela aquela nota não teve nenhuma validade, foi uma nota
1429 plantada, não era servidora do Senhor Secretário de Saúde, não fazia parte do estafe do Senhor Fábio
1430 Vilas-Boas Pinto, para que na verdade estivesse sendo utilizada como “bode expiatório” de uma gestão
1431 extremamente fragilizada do ponto de vista da saúde pública. Reconhecia a necessidade de se conhecer e
1432 se abrir os caminhos, e acima de tudo reconhecer que o controle social tinha história, a Saúde Pública
1433 tinha história, o estado da Bahia e as pessoas não se curvavam a ameaças, autoritarismo, e acima de tudo
1434 à inibição, o medo, o que para ela não existia, porque era uma mulher corajosa e coragem era a sua
1435 palavra e a defesa do SUS. O Sr. Roberto Badaró comentou a importância de todos os comentários, e
1436 disse, porém, que seria preciso entender que quando um relatório daqueles era apresentado tinha que se
1437 olhar o contexto de como ele tinha sido construído e qual realidade refletia, então, era uma gestão que
1438 estava no seu primeiro ano, onde grande parte da programação era realizada nos anos anteriores.
1439 Salientou que havia uma questão, onde pediria ao Sr. Jober que explicasse depois sobre o PAS e o porquê

1440 do plano não ter sido aprovado, uma vez que estava sendo executado, porém, existia uma razão para
1441 aquela situação. Pontuou ainda que o orçamento começaria a ser aberto no mês de março, e efetivamente
1442 começava a sua aplicação no mês de junho, porque teria todo o processo licitatório, de transferência, tinha
1443 que fazer o pagamento dos recursos que estavam devidos nos anos anteriores e não tinham sido poucos,
1444 pois havia um déficit orçamentário grande e que todos eles vinham sendo compensados, quando na
1445 verdade houve uma redução do orçamento, como todos tinham conhecimento por causa da crise nacional,
1446 de maneira que os números que ali estavam refletiam o que realmente estava acontecendo. Era fato que as
1447 colocações, as críticas, as dificuldades existiam, e não havia nenhuma tentativa de escamotear a verdade e
1448 nem de se colocar uma coisa que não estava sendo feita. Pelo contrário, não houve instrução nem dele
1449 mesmo, do Senhor Governador e nem do Senhor Secretário, que se fizesse a apresentação que não fosse o
1450 reflexo daquilo que fosse apresentado. Poderia até estar refletindo alguma coisa inadequada, mas tinham
1451 que analisar, e os comentários que foram feitos ali em relação à falta de qualidade nas instituições era
1452 verdadeiro, mas Roma não se fez em um dia e não era uma gestão que encontrava uma situação que
1453 estava deficitária há anos, como a questão das instituições de tutela, carcerária, que iria se resolver em
1454 dois meses, era fato que tinha que haver a solicitação. Em nenhum momento estavam ali na tentativa de
1455 não apoiar o CES, que aquela tinha sido a outra falha, não existia nenhuma determinação de esvaziar e
1456 nem fragilizar o CES, ele pessoalmente havia interferido na questão do local, porque havia uma questão
1457 legal, quando a Escola de Saúde Pública estava na mesma situação e tinha um prédio que estava sendo
1458 terminada a obra. Todavia, as obras do governo tinham sido atrasadas e travancadas por mais de quase
1459 oito meses e as coisas estavam acontecendo, o que era o caso da Lei 8666, em que o gestor a cumpriria ou
1460 seria imputado como mau gestor e teria que devolver aos cofres públicos aquilo que tinha sido aplicado
1461 corretamente, mas que não tinha sofrido processo licitatório correto. Então, não era uma decisão da
1462 gestão, era uma decisão do mecanismo, como era feito o financiamento no estado das suas ações, o que
1463 não era dito por ele, mas sim pelo governador, e inclusive tinha ido na quinta-feira com o governador para
1464 assinar a autorização da obra do Hospital do Cacau, quando o mesmo já estava totalmente pronto desde o
1465 mês de março para ser realizado, mas todo o processo licitatório, substituição de empresa que vencia
1466 depois não cumpria e teria que ser retirada e relimitar. Então, administrar não era simples, e
1467 evidentemente, já que o papel do controle social era denunciar aquilo e o que via, quando sentava ali
1468 tinham que ser parceiros, no sentido de fiscalizar, indicar e a gestão fazer, então, tudo que tinha sido
1469 falado ali através dos conselheiros seria feita uma verificação e checada realmente a gravidade do que
1470 estava sendo colocado. Tentaria agir da maneira mais rápida possível, para que pudessem fazer a
1471 reversão, e quando se falava que a Atenção Básica estava sendo negligenciada tinha pouco investimento.
1472 No entanto, não podiam esquecer que o país tinha feito a municipalização, que grande parte da
1473 transferência da obrigação passava a ser do município, porém, muitas vezes o município não tinha
1474 condições de fazer, não tinha o recurso e o Estado tinha que entrar. Então, como se inviabilizaria se não
1475 era obrigação do Estado, se o mesmo transferia as unidades para o município que não tinha capacidade de
1476 fazer, a exemplo das farmácias e ninguém queria destruí-las, o problema era que muitas delas estavam em
1477 condições precárias quando foram transferidas para os municípios e a gestão não tinha condições de fazer
1478 aquela manutenção. Explicou que estava sendo feito o processo de uma ação profissional, uma
1479 transferência adequada e o governo manter aquilo que deveria ser mantido. Aquela era uma decisão do
1480 governador e não existia nenhuma determinação. Estavam fechando aquilo que não estava funcionando,
1481 uma farmácia, por exemplo, que tinha que fazer uma entrega de cinco mil medicamentos, não entregava
1482 nem duzentos e tinha que manter luz, as qualidades, então, era aquilo que estava sendo feito se tendo a
1483 coragem de parar aquelas que não estavam em funcionamento e realmente continuar como estava sendo
1484 continuado, sendo entregues várias outras unidades. A Sra. Juliane estava presente e poderia confirmar,
1485 não houve nenhuma determinação que não se cumprisse o que tinha sido programado anteriormente e
1486 nada absolutamente tinha sido feito na atual gestão, de maneira que entendiam a crítica dos conselheiros,
1487 porém, o mais importante no seu sentido era o que estava direcionado, e evidentemente tinha prestado
1488 atenção ao relatório. Explicou ainda sobre a tentativa de se colocar os velocímetros, o que não tinha sido
1489 para enganar, mas para que fosse mostrado de uma maneira gráfica o que tinha sido realmente feito e
1490 refletia a realidade. Na verdade aquele quadrimestre refletia até o começo do mês de agosto, então,
1491 evidentemente que houve um esforço hercúleo, mantiveram tudo e quando se colocou detalhes nas cores
1492 verde e amarelo foi porque existiam situações que não conseguiram realizar, mas na grande maioria as
1493 metas tinham sido atingidas dentro de um ano letivo, dentro do seu tempo orçamentário e do seu tempo de
1494 execução. Era aquela a reflexão que levava para o CES fazer. Com relação à questão do PAS, informou
1495 que não tinha sido aprovado, o Sr. Jober explicaria porque a gestão tinha tomado a decisão de seguir
1496 aquilo que não tinha sido aprovado anteriormente, mas que deveria ter sido aprovado na gestão anterior.
1497 Portanto, se fazia a execução ou os gráficos seriam muito piores do que os que tinham sido apresentados
1498 ali. Destacou também que foram feitos muitos comentários pontuais que não chamaria a atenção, mas se
1499 deteria quanto à questão da sede do CES que era importantíssimo que o CES tivesse. Não era aceitável o

1500 CES não ter a sua sede, e pessoalmente tinha falado com o presidente sobre a sua preocupação em não
1501 deixar os conselheiros sem um local. Ressaltou que a decisão para a saída do CES do Edifício Capemi
1502 tinha sido contratual, o contrato da FESF tinha encerrado, não tiveram como fazer uma renovação e nem
1503 uma licitação de contrato, porque o contrato era deles, e para que se pudesse fazer teria que se realizar
1504 todo o processual, o contrato venceria no dia 30 e por isso não podia. Quem fez a retirada foi o dono do
1505 contrato, a FESF, e imediatamente foram buscar a Escola de Saúde Pública que no seu entender,
1506 reformada e dignificada deveria ser a sede do CES, pois era um local com bastante espaço e visibilidade,
1507 que deveria ser colocada lá, até porque a Escola de Saúde Pública já tinha o seu espaço que estava sendo
1508 terminado de construir, faltavam pouquíssimas coisas que independiam da SESAB. A empresa não havia
1509 cumprido o contrato, estava sendo processada para que concluísse o término da obra e a escola se
1510 mudasse para o local, então, chamou a professora Marcele, colocou em contato com a presidência do CES
1511 para que dividissem o espaço e estavam tentando fazer um contrato de emergência de outro local para que
1512 cedesse a parte que estava segura que era a do primeiro andar, para que o CES lá se instalasse. Esclareceu
1513 que aquele era o processo, e não foi a gestão que expulsou o CES do Edifício Capemi, mas o dono do
1514 prédio, porque tinha vencido o contrato, não existia outro instrumento e tinha que sair mesmo, não tinha
1515 alternativa. No entanto, estavam trabalhando para que fosse feito, a reforma da Escola de Saúde Pública
1516 tinha sido dada como prioritária, já estavam consertando o telhado e a antiga sede seria para o CES. A
1517 Conselheira Eliane Araújo Simões perguntou ao Sr. Roberto Badaró se o motivo da saída do CES do
1518 Edifício TK Tower e do Edifício Capemi tinha sido o mesmo, pelo fato do tempo ter sido tão curto. O Sr.
1519 Roberto Badaró colocou que não poderia responder àquelas perguntas, pois estaria sendo leviano em
1520 responder as informações que não teve conhecimento em relação ao Edifício TK Tower. Tinha
1521 conhecimento apenas sobre a saída do Edifício Capemi porque havia participado com o Sr. Arão e com o
1522 Presidente do CES sobre aquela questão, porque estava preocupado em não assistir o CES e aquela
1523 situação emergencial não deveria se perdurar. Na verdade tinha que se resolver, não apenas de uma
1524 instituição, mas de duas, sendo a Escola de Saúde Pública e o CES, então, era uma crise que estavam
1525 passando, mas, o Chefe de Gabinete, o Senhor Fernando Daltro havia solicitado que se fizesse um
1526 contrato de emergência, o contrato foi encaminhado para a Procuradoria e a mesma não aprovou.
1527 Entretanto, tiveram que passar por cima da Procuradoria para que pudessem fazer com que o contrato
1528 tivesse seqüência e estava atualmente na discussão jurídica, para que o contrato do novo prédio fosse
1529 realizado, a Escola de Saúde Pública saísse, fosse para o novo endereço e deixasse o primeiro andar que
1530 já estava pronto e não tinha nenhuma dificuldade. Inclusive tinha sido visitado pelo Senhor Arão
1531 Capinam e o Senhor Presidente, que disseram que o local era bom e poderia ser ocupado. Não foi tomada
1532 nenhuma decisão sem o conhecimento de ambos, que aceitaram, pois se dissessem que não aceitariam
1533 iriam ser buscadas alternativas. Reforçou que aquela fala foi apenas para explicar que não houve intenção
1534 de nenhum esvaziamento do CES. O Senhor Presidente explicou que o motivo do CES ter saído do
1535 Edifício TK Tower foi a questão do espaço e dos valores do aluguel. Comentou que não via problema
1536 algum em ocupar o imóvel da Escola de Saúde Pública, mas do jeito que a situação estava não sabia qual
1537 seria a proporção da reforma, porque na realidade o Senhor Fernando Daltro tinha colocado que ele e o
1538 Sr. Arão falassem com algumas áreas dentro da gestão. Comentou que a gestão precisava ter as suas
1539 informações pactuadas, porque uma pessoa falava uma coisa, outra pessoa falava outra coisa e acabavam
1540 no “samba do crioulo doido”, porém, até para que levassem uma segurança para o CES precisavam saber
1541 realmente o que seria a reforma, porque na sua visão um valor de trinta e cinco mil reais não iria resolver
1542 o problema da casa, pois acreditava que o valor era muito insignificativo, estava se resolvendo a parte do
1543 telhado e as outras partes não seriam resolvidas. Não sabia se o subsecretário tinha visitado o local, mas lá
1544 tinha mofo, infiltração, a questão da árvore para podar e várias outras situações para se resolver. Tinha
1545 que se colocar uma rede lógica eficiente, dedetização, e trinta e cinco mil reais era insignificante para se
1546 fazer uma reforma e dar uma segurança para que o CES funcionasse no local. Outra questão foram as
1547 salas colocadas à disposição do CES, apenas três salas, inclusive o próprio subsecretário havia dito que
1548 uma instituição que lá estava e não deveria estar sairia. Então, aumentaria para quatro salas na parte de
1549 baixo, até porque a escola estava colocando em risco todo o acervo bibliográfico, já que nunca tinha visto
1550 biblioteca ficar abaixo do nível da rua. Entretanto, eram situações que precisavam ser pensadas, pois não
1551 seria apenas se mudar, mas a biblioteca ficaria lá e sob responsabilidade do CES ou de algum funcionário,
1552 e todos sabiam que aquela área do bairro do Rio Vermelho tinha problemas de alagamento, o que seria
1553 uma questão de rever, para que nos próximos seis meses não tivessem que sair novamente. O Conselheiro
1554 Fernando Antônio Duarte Dantas comentou que o subsecretário havia dito que a saída do CES do Edifício
1555 Capemi tinha sido por conta do vencimento do contrato, porém, gostaria de saber se a gestão não tinha
1556 controle de quando venceria aquele contrato, pois se tinha o controle e sabia que iria vencer,
1557 evidentemente tomaria providências antecipadas para que não passassem pela situação que todos estavam
1558 passando, e inclusive se o CES precisasse reunir uma de suas comissões teria que fazer isso no meio da
1559 rua. Propôs aos conselheiros solicitar o Auditório do Ministério Público para a realização da reunião do

1560 CES e explicasse o porquê de estar realizando lá, já que nada justificava o Sr. Roberto Badaró dizer que
1561 aquela situação tinha sido por causa de um contrato que tinha vencido. Não era possível uma secretaria
1562 como a SESAB não ter o controle de quando iria vencer um contrato. O Sr. Roberto Badaró comentou
1563 que era muito fácil se fazer uma crítica quando não se estava vivendo o problema, pois quando havia
1564 acontecido a transferência, toda aquela negociação tinha sido feita com a Escola de Saúde Pública, o CES
1565 e a FESF, e esta havia informado à SESAB que iria deixar o prédio com trinta dias e aquela previsão não
1566 estava sob a responsabilidade da gestão, mas de quem estava locando. Porém, eles haviam desistido, não
1567 quiseram mais locar e a gestão não tinha condições de fazer um contrato emergencial com eles, até
1568 tentaram, mas o dono do prédio não quis mais fazer aquele contrato nos termos em que estava sendo feito
1569 anteriormente. Explicou que havia ocorrido uma situação emergencial, pois ninguém imaginava que teria
1570 que se fazer aquele tipo de transferência de forma não planejada. Porém, quando ele iniciou a sua
1571 participação na questão junto com os Srs. Arão Capinam, Ricardo Mendonça e a professora Marcele,
1572 estavam buscando uma resolução definitiva, porque tinha dito que se eles achavam que o espaço da escola
1573 era adequado, a escola seria adequada e confirmou para o Sr. Presidente que já estava sendo executado
1574 todo o processo para se fazer a reforma para que fosse entregue o prédio para o CES. Obviamente que
1575 aquilo se passava por contratação e licitação de empresas, porém, para aquela reforma que estava sendo
1576 feita houve uma denúncia de que estava ocorrendo vazamento. Então, foi feita sem licitação a liberação
1577 daquele valor, para que se desse as condições mínimas para não ficar sem o funcionamento. Em momento
1578 algum seria aquela a maneira como entregaria, e inclusive disse para o Sr. Arão Capinam que seria feita a
1579 reforma, até para que se fizesse a ocupação definitiva do imóvel e a Secretaria de Administração do
1580 Estado da Bahia – SAEB não colocasse para outra finalidade. Então, a finalidade que tinha sido discutida
1581 foi que seria para o CES, infelizmente aquelas questões levavam tempo, era muito fácil falar, mas a Lei
1582 8666 era muito perversa na sua maneira de ser aplicada. Quando o gestor não a obedecia, não importava
1583 se tivesse feito da melhor maneira possível, a Procuradoria rejeitava, e mesmo que dissesse que tinha
1584 reformado o prédio ela responderia que teria que ser feito de acordo com a lei. Então, tudo aquilo era feito
1585 com a questão dos medicamentos, insumos importantes para os pacientes, mas se fizesse aquilo sem que
1586 fosse através de uma ação judicial a Procuradoria rejeitaria a conta e teria que se responsabilizar. Por isso
1587 teriam que entender aquelas questões e estavam tentando transpor aqueles obstáculos. O que lhe
1588 incomodava não eram as críticas, mas a sensação de transmissão de que aquilo era questão intencional,
1589 maligna com o CES, ele não tinha ouvido aquilo e não podia aceitar aquele tipo de coisa, porque não
1590 participaria nem tinha ouvido aquilo efetivamente da gestão, e o que tinha ouvido eram as dificuldades
1591 inerentes ao próprio processo de iniciar uma gestão com o orçamento que só poderia usá-lo com menos da
1592 metade do tempo que tinha para fazê-lo, e sem nenhuma modéstia ele estava sendo cumprido e não tinha
1593 dúvidas que poderia melhorar. O Sr. Waldélio Oliveira colocou que diversas intervenções com relação ao
1594 Hospital Roberto Santos estavam sendo planejadas e algumas delas executadas. Haveria um
1595 reordenamento do entorno do hospital com a construção de vias e várias intervenções que seriam
1596 realizadas, inclusive pela Coordenação de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER.
1597 Sugeriu que o Conselheiro Luiz Américo procurasse os diretores Antônio Raimundo e Dr. Hugo e
1598 dissesse a eles que Waldélio o tinha encaminhado para que tivesse mais acesso às informações do que
1599 estavam planejando e fazendo com relação ao Hospital Roberto Santos. Porém, adiantava para o
1600 Conselheiro que aquele hospital futuramente seria um novo Roberto Santos, um equipamento totalmente
1601 reformulado com diversas intervenções. Havia sido inaugurada uma unidade de UTI semi-intensiva
1602 pediátrica, tinha sido entregue, estava funcionando, assim como diversas outras intervenções, inclusive no
1603 entorno, que também implicaria em uma segurança maior para os profissionais que estavam lá dentro.
1604 Ressaltou que teriam futuramente um hospital totalmente reformulado em um pequeno espaço de tempo,
1605 se considerassem todos os trâmites e todos os prazos da legislação pública do Direito Administrativo
1606 Nacional. Sobre a Execução Orçamentária, destacou que houve várias conversas com o Sr. Jober,
1607 Coordenador de Planejamento, Sr. Julio, Sr. Olivonilson e o Sr. Alan, iriam atingir o percentual mínimo
1608 exigido e acreditava que iriam superá-lo. Nos primeiros meses o orçamento estaria fechado e o primeiro
1609 quadrimestre ficaria um pouco comprometido em termo de velocidade de execução orçamentária, mas o
1610 segundo e o terceiro quadrimestre tinham uma velocidade muito maior, e o último quadrimestre
1611 representava uma maior fatia na execução orçamentária. Então, podia garantir nos relatos que tinha,
1612 inclusive nas informações do Fundo Estadual de Saúde da Bahia – FESBA que iriam cumprir com relação
1613 aos percentuais mínimos. Agradeceu as colocações que a Conselheira Célia havia feito com relação à
1614 Saúde Mental, e informou que quando saísse da reunião iria ligar para a Sra. Normélia que era a assistente
1615 que trabalhava com eles para pedir que agendasse uma conversa da conselheira com o Sr. José Raimundo,
1616 pois todas as considerações que a conselheira havia colocado eram bastante válidas e a gestão estava
1617 completamente aberta ao diálogo. Disse que o Dr. José Raimundo era uma pessoa acessível e um
1618 profissional extremamente competente, e iria conversar com a conselheira. Estava também presente, o Sr.
1619 Marinho, Diretor Geral do HEMOBA que também estava aberto a conversas para quem tivesse interesse;

1620 o Sr. José Saturnino Rodrigues, Superintendente de Regulação, disponível para tirar qualquer dúvida; os
1621 representantes da SUVISA, SUPERH, os colegas da APG, do FESBA, todos estavam à disposição dos
1622 conselheiros para conversarem e absorverem as informações e fazer o que estivesse ao alcance. Então, se
1623 comprometeu a agendar a reunião ainda no mesmo dia, para que o Dr. José Raimundo conversasse com a
1624 conselheira Célia. Sugeriu ainda que seria possível fazer a reunião com quem os conselheiros desejassem,
1625 pois a SESAB estava de porta abertas. Com relação à estrutura física do prédio também estava com o
1626 mesmo problema, os colegas que estavam na Escola de Saúde Pública já tiveram duas movimentações e
1627 ele teria que conseguir duas mesas de trabalho para duas pessoas que estavam na escola e teriam que ir
1628 para lá. Estavam vivendo um problema de espaço sério. Enfatizou que na errata enviada ao CES havia o
1629 anexo 26, onde seriam encontradas todas as informações sobre auditorias no detalhamento e também no
1630 CD que tinha sido entregue. Então, os conselheiros poderiam consultar o anexo 26, e se as informações
1631 que estavam procurando não estivessem nele todos poderiam contactá-los que daria as informações
1632 necessárias. Quanto às avaliações das economias com a reforma, só poderiam fazer ao final do ano
1633 quando tivessem a avaliação anual, mas as informações que tinha recebido da área de recursos humanos
1634 era uma economia de vários milhões de reais que já tinha sido feita a partir da reforma, e realmente
1635 estavam economizando bastante. No entanto, aquele balanço completo só seria realizado no final do ano
1636 quando teriam as informações apropriadas e fechadas para apresentarem. O Sr. Roberto Badaró perguntou
1637 ao Senhor Ivonildo o porquê de não ter havido almoço, já que tinha sido garantido pelo próprio secretário.
1638 Por que estava sabendo daquela situação naquele momento? O Senhor Ivonildo Dourado Bastos
1639 respondeu que houve uma tentativa da gestão com a presidência da casa no sentido de descentralizar
1640 recursos para viabilizar o almoço dos conselheiros, o que tecnicamente não tinha sido possível. Houve um
1641 contato pessoal dele com a chefia de gabinete da Presidência da Assembléia, para que também a mesma
1642 liberasse o almoço, porém, foi informado pela chefia de gabinete que dentro das circunstâncias de
1643 contenção de gastos da própria Assembléia Legislativa não poderiam fazer aquela liberação dentro
1644 daquele aspecto. Salientou que houve a tentativa de fazer a descentralização para que realizassem o
1645 pagamento, mas não foi possível tecnicamente dentro do processo legal, por não se tratar de um
1646 restaurante público e sim de restaurante terceirizado da Assembleia. Informou que havia realizado
1647 tratativas com o Instituto Anísio Teixeira – IAT para a realização da reunião do CES, inclusive já tinha o
1648 orçamento em mãos para as próximas reuniões do ano de 2015, com o espaço pela manhã e pela tarde e
1649 refeição. Informou que aquele assunto já tinha sido conversado com a própria presidência do CES, e o
1650 próprio CES através de uma comissão já havia sentado com a direção do FESBA e discutido dentro da
1651 Lei Orçamentária Anual - LOA dotação orçamentária para custear as atividades do CES no ano de 2016.
1652 Então, aquelas ações já estavam sendo feitas para que efetivamente aqueles transtornos não viessem a
1653 acontecer no ano subsequente e até mesmo nas reuniões que teriam no ano de 2016. O Senhor Jober
1654 Silva, Coordenador de Projetos Especiais informou que na Assessoria de Planejamento e Gestão havia a
1655 função de consolidar o Relatório de Gestão e inclusive estava à disposição de todos para qualquer
1656 esclarecimento adicional, e se não soubesse encaminharia à Rede de Planejamento para que os
1657 esclarecimentos fossem feitos. Com relação à Programação Anual de Saúde, declarou que o documento
1658 deveria ter sido feito na oportunidade da aprovação da Lei Orçamentária para o exercício de 2015, em
1659 março ou abril de 2014, quando era feito segundo a Lei Complementar 141/2012 e também a Portaria do
1660 Ministério da Saúde nº 2.135. Não tinha sentido se aprovar algo que estava em curso, aprovação era
1661 prévia, tanto que o Orçamento Anual vigente teve que ser aprovado anteriormente, então, o que a gestão
1662 poderia fazer seria dar publicidade àquele documento que já tinha sido feito, inclusive no Relatório do
1663 Primeiro Quadrimestre. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos comunicou que o Comitê de
1664 Ética e Pesquisa também funcionava no mesmo espaço da Escola de Saúde Pública, mas tinha saído de lá,
1665 porque não havia condições de funcionamento e vivia de forma irregular, uma vez que para existir se
1666 fazia necessário um espaço protegido, trancado e todo equipado, de maneira que não se pudesse realizar
1667 pesquisas da forma que estavam sendo realizadas. Já que o subsecretário entendia muito de pesquisas
1668 sabia muito bem quais critérios deveriam seguir, o Comitê de Ética e Pesquisa do Estado da Bahia dentro
1669 da SESAB estava em uma situação precarizada, tinha ido para o Edifício Capemi também e saído, porque
1670 não havia a possibilidade de permanecer no espaço e atualmente tinha voltado para a Escola de
1671 Enfermagem, um local sem nenhuma estrutura para funcionar, então, não era só a questão do CES.
1672 Comunicou que se solidarizava com a Conselheira Déborah Dourado, uma vez que ele também foi
1673 consultado no HUPES qual seria o segmento que representava, para que também fosse retirado do CES,
1674 pois se ele fosse representante do HUPES também teria sido notificado da mesma forma que a
1675 conselheira tinha sido. Destacou a questão do Hospital de Custódia e Tratamento – HCT, e de um Centro
1676 que tratava as pessoas portadoras de transtornos mentais e que estavam em conflito com a lei, igual ao
1677 HCT, porque precisava ouvir, já que o Senhor Secretário na 9ª CONFERES esteve na Tenda da Pastoral
1678 Carcerária e apresentou um projeto que ele desconhecia para o HCT, e a líder da Pastoral Carcerária tinha
1679 saído encantada com o projeto que ele tinha apresentado, o que no Grupo Condutor a equipe técnica não

1680 tinha aquela informação, de como seriam atendidas as pessoas que lá estavam. E da mesma maneira, o
1681 centro precisava de respostas que nenhum dos representantes da gestão presente tinha dado. A
1682 Conselheira Célia Pereira informou que era usuária dos serviços de Saúde Mental e o subsecretário havia
1683 realizado uma fala que era fácil a posição com que tinha sido questionado naquela reunião. Comunicou
1684 que havia acordado naquele dia às cinco horas e quarenta e cinco minutos, não tinha veículo e levantou
1685 para levar a sua mãe até o médico, para que depois fosse àquela reunião, onde chegou às dez horas. Não
1686 tinha tomado café, se deslocava de passe, estava em condições muito debilitadas, porque todos tinham
1687 condições de ir almoçar, e como usuária mental fazia acompanhamento no Hospital Mário Leal, estava
1688 com várias situações de muitos usuários que estavam passando dificuldades, porque os CAPS estavam
1689 perdendo os seus profissionais, o Hospital Mário Leal estava *inchando* por causa dos usuários que
1690 estavam indo para lá, porque não estavam tendo acompanhamento, e ela estava ali na condição de
1691 instituição, Associação Metamorfose Ambulante - AMEA que era a Associação de Usuários e Familiares
1692 de Saúde Mental do Estado da Bahia que estavam pedindo socorro. Salientou que além dela existiam
1693 outros que estavam passando por situações muito difíceis, e inclusive soube que até mesmo o Presidente
1694 do CES era diabético e estava suportando a situação até onde podia. A Conselheira Eliane estava
1695 querendo ir embora e não tinha ido, porque a situação era séria, então, não estavam levando as questões
1696 ali como se fossem fáceis, era muito declinante, pois quando o subsecretário havia mostrado algumas
1697 situações no sentido de “passando a bola” e as coisas estavam acontecendo em instâncias menores, ou
1698 seja, estava um “empurra empurra”, e os usuários que estavam na saúde mental estavam em um jogo de
1699 boliche. Então, a quem iriam recorrer? A Deus, o supremo de toda aquela situação e só tinham a ele como
1700 suporte, então, se o subsecretário estava ali representando o Senhor Secretário gostaria de saber se ele
1701 estava falando pelo próprio secretário ou por si mesmo. O Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara
1702 colocou que algumas questões haviam ficado sem respostas, acreditando que pela questão do tempo.
1703 Destacou que havia uma série de informações faltando e enviaria através de ofício ao CES solicitando,
1704 mas também tinha ficado feliz em saber que estava aberto para quaisquer esclarecimentos. Disse que seria
1705 bom para que todos os conselheiros pudessem buscar informações, porque era muito importante aquele
1706 relatório, e acreditava que era justamente o papel do conselho dar resposta à gestão, fazendo efetivamente
1707 o papel de fiscalizar e cobrar, já que estava vendo uma série de furos, e a partir do momento que tinha a
1708 questão de pontuar e de fazer moção acreditava que a principal resposta do CES era efetivamente atuar
1709 sobre os furos que via na gestão. Colocou que uma série de dados estava faltando, iria solicitar
1710 oficialmente, mas também contavam com a colaboração da gestão, a começar pelos contratos das gestões
1711 indiretas. Havia um contrato já solicitado através de ofício por três vezes e até o momento não tinha
1712 aparecido. Então, que mistério era aquele que o contrato não aparecia e quando viam a meta estava 70%,
1713 havia outro que estava a 30%, a gestão indireta, então, seria preciso se debruçar sobre aqueles fatos, tinha
1714 questões importantes sobre o Hospital Dantas Bião que era de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos
1715 mil reais) que tinha passado para 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais) e tinha demitido uma
1716 série de funcionários. Não se tratava de uma questão classista, os enfermeiros saíram de R\$ 3.500,00 (três
1717 mil e quinhentos reais) para R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) o salário, vários enfermeiros tinham sido
1718 demitidos, vários técnicos de enfermagem foram demitidos e tudo aquilo com o aumento do recurso do
1719 Estado de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) para R\$ 3.700.000,00 (três milhões e
1720 setecentos mil reais) com direito a quinhentos mil reais de quebra. Portanto, seriam questões que iriam
1721 levar em cima dos números e em cima da questão técnica para mostrar como estava sendo feito e dar uma
1722 resposta objetiva àquela gestão. Acreditava que o CES deveria trabalhar, se debruçar e dar uma resposta.
1723 O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio informou que a sua fala seria no sentido de que haveria
1724 outros debates, mas que não tinha sido contemplado em boa parte do que tinha perguntado. Em momento
1725 algum tinha ouvido falar o quanto a BAHIAFARMA tinha recebido na lógica de lucro. Não teve a
1726 resposta sobre a questão da FESF, qual tinha sido a situação do CES ter passado o constrangimento de ter
1727 sido despejado do Edifício Capemi, se tinha sido porque o contrato tinha vencido ou porque tinha sido
1728 informado que a FESF estava acabando, não estava pagando os profissionais, estava passando por uma
1729 necessidade terrível. Então, acreditava que a FESF tinha tomado os móveis porque estavam pedindo,
1730 havia um problema muito grande na questão, e por isso perguntou como andava a situação financeira da
1731 mesma naquele período. Inclusive tinha ouvido falar que se ela não tivesse o aporte financeiro em torno
1732 de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) corria o risco de fechar, e até então não se falava sobre a real
1733 situação. Outra questão o assustava, no entanto, sabia que o profissional ali presente do planejamento, o
1734 Sr. Jober, o subsecretário e o Sr. Waldélio deveriam ter cometido uma espécie de não olhar direito para a
1735 legislação do SUS. A programação anual era a programação das ações que seriam executadas, e se
1736 estavam discutindo ali dois períodos que seriam de 2015, então, estava se discutindo a programação do
1737 ano atual, o que significava que quem deveria ter feito tinha sido a gestão atual que fez a programação.
1738 No entanto, eles tinham trabalhado naquilo que pegaram no SISPACTO e disseram que iriam pactuar. As
1739 metas eram aquelas que foram pactuadas e por isso a sua pergunta foi no sentido de que a programação

1740 anual tinha que realmente passar pelo CES. Inclusive ele mesmo havia dito que não se recordava ali,
1741 então, houve uma tentativa do subsecretário explicar onde havia colocado que estavam cumprindo o que
1742 tinha sido da gestão passada e houve uma tentativa também do representante da área de planejamento que
1743 deveria ter discutido. Explicou que tinha feito aquela pergunta para que chegassem ao diagnóstico, que de
1744 fato existiam instrumentos legais que o CES estava sendo cerceado de apreciar, como: a programação, o
1745 Plano Estadual de Saúde - PÊS que já deveria ter vindo, a Lei Orçamentária Anual - LOAS que tinha ido
1746 para a Assembleia para ser votada e o CES não discutiu, então aquelas questões não foram respondidas.
1747 Comentou que era muita coincidência e acreditava que poderia achar e confiar que não era a intenção,
1748 mas as coincidências eram de forma seqüencial, tinha sido a Conselheira Déborah, depois Marcos, o CES
1749 ter perdido a sede, o almoço naquele dia, então, talvez fosse preciso fazer uma análise do que de fato
1750 estaria por trás daquelas questões. O Senhor Presidente comunicou que o Senhor Waldélio estava pedindo
1751 para se retirar, pelo fato de ter recebido um chamado do governador com a sua equipe para tratar de uma
1752 pauta emergencial. A Conselheira Déborah Dourah Lopes colocou para o Sr. Waldélio que a Prestação
1753 de Contas na verdade deixava de ser trimestral, e com a Lei Complementar 141 do Financiamento e
1754 também da Prestação de Contas tinha passado a ser quadrimestral, nos meses de fevereiro, maio e
1755 setembro. Então, já estava basicamente trabalhando com a prestação um pouco atrasada, mas também não
1756 precisava na verdade ter um parecer deliberativo em relação àquela prestação. Tinha que ter aquele
1757 debate, porque faltava ainda uma prestação e depois aquela prestação iria fazer parte do Relatório de
1758 Gestão, que deveria ser apresentado até o mês de maio do ano seguinte. Então, aquele seria publicizado
1759 no Portal do Ministério que era extremamente interessante, e inclusive o subsecretário estava também
1760 presente na abertura do Seminário da Auditoria do SMA Estadual, que seria para dar visibilidade às
1761 auditorias realizadas. Portanto, no Portal da Transparência se entrava e tinha auditorias realizadas pela
1762 Corregedoria Geral da União – CGU, uma vez que a mesma também auditava os recursos federais e a
1763 auditoria era realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria, onde se tinha todo o resultado.
1764 Mencionou três auditorias bem relevante feitas pelo componente federal, o Departamento Nacional de
1765 Auditoria, o Ministério Público tinha entrado com uma ação de improbidade e afastamento dos prefeitos
1766 dos municípios de Piriapá, Conceição de Jacuípe e Conceição do Almeida, o que significava ser
1767 extremamente relevante, e no relatório havia de se considerar todas as auditorias realizadas dentro do
1768 estado e qual seria a providência que o gestor estadual e municipais tinham que dar em relação às
1769 providências que estavam sendo tomadas. Reiterou que era servidora de carreira há trinta e dois anos no
1770 Ministério da Saúde, entrou como nutricionista, mas construiu toda a sua história na saúde pública, na
1771 gestão, atualmente estava na Auditoria e cargo para ela não tinha nenhuma relevância, nem mesmo pelo
1772 valor do DAS 1, era questão mesmo de dignidade, todos os auditores eram de carreira. Então, se
1773 estivessem procurando alguém, que tivessem a preocupação de verificar, porque só poderia ser servidor
1774 de carreira, para não estar na verdade atrapalhando as coisas. Salientou que o momento dela sentir medo
1775 tinha sido na época de estudante na questão da ditadura, e mesmo assim ela “não correu do pau”, estava lá
1776 no bloco, defendendo a democratização. Entrou no ano de 1978 na universidade, porém, ficava
1777 preocupada com algumas questões em relação à condução das coisas. Acreditava que estavam lhe
1778 colocando dentro de um foco da pessoalidade, estavam esquecendo de separar a questão da gestão em
1779 relação à responsabilidade do controle social, e na questão dela tomou uma dimensão que ela tinha ficado
1780 realmente feliz, mas ao mesmo tempo assustada com a quantidade de manifestações que tinha recebido. E
1781 se tivesse o vinho da política, já que fazia política, mas não gostava, e realmente iria se candidatar a
1782 alguma coisa pela quantidade de e-mails solidários e abaixo-assinados. História não se confundia se
1783 construía, com dignidade, honradez, como o seu pai, professor ensinou ao longo do tempo, e para a sua
1784 surpresa havia recebido um oficial de justiça, não era lhe colocando em uma ação como ré, e então
1785 pensou que deveria ter alguma coisa especial, uma auditoria que tinha sido feita, através de uma
1786 solicitação da Câmara de Vereadores de Cícero de Almeida, os técnicos tinham ido até lá e ela não fazia
1787 auditoria, apenas programava e o resultado eles não aceitaram. Então, entraram com uma ação para
1788 medida cautelar de improbidade administrativa e ela estava naquela ação como ré. As coisas estavam
1789 tomando uma decisão do esdrúxulo, do absurdo, e acreditava que não era coincidência. Informou que
1790 havia ido à Auditoria Geral da União - AGU, porque era quem iria defendê-la. Primeiro, ela não era
1791 representante do Ministério, mas do Departamento de Auditoria, o representante era o Doutor Wladson,
1792 DAS 5 no Ministério da Saúde, ligado à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, e depois ela não
1793 tinha feito auditoria, mas tinha uma sintonia muito grande das coisas, em trinta e dois anos naquele
1794 departamento nunca tinha acontecido ela como ré e um juiz federal aceitou uma ação, porque a Câmara
1795 não aceitava o resultado da auditoria, uma vez que a auditoria não tinha o papel de ação criminal, mas de
1796 orientação, para que os órgãos efetivos fizessem a apuração criminal. Mas a AGU lhe disse que, já que ela
1797 tinha chegado bastante estressada e realmente o advogado que ouviu disse que estaria estressado no seu
1798 lugar, não tinha cabimento o que estava acontecendo, ficava muito assustada com determinadas situações,
1799 mas haveria de continuar na sua luta, dignidade, e na sua história que não se vendia, se construía. O Sr.

1800 Roberto Badaró colocou que as considerações específicas a cada um daqueles pontos teriam que ser
1801 encaminhadas para que a gestão respondesse. Acreditava que às vezes em um debate daqueles não se
1802 chegava à consequência, que para chegar até ela teria que realmente mandar a documentação da parte que
1803 lhe competia. Ele fazia aquilo, mas evidentemente tinham várias questões ali que eram comentários e não
1804 tinham como dizer que era um comentário que estavam fazendo, era uma impressão, uma opinião, tinham
1805 mais que aceitar e realmente refletir. Ressaltou que não tinha dificuldade em sentar, conversar, e nunca
1806 negou reunião com nenhuma das pessoas para tratar de assuntos de interesse do CES ou qualquer
1807 segmento que realmente necessitasse colocar. Acreditava muito mais naquele tipo de ação proativa do que
1808 às vezes em um comentário, onde realmente não se podia mergulhar com seriedade e com uma seqüência
1809 de como deveria ser feita, a exemplo de quando o Conselheiro José Silvino havia falado do Comitê de
1810 Ética e tinha toda razão, pois deveria haver mesmo uma sala, porém, a dificuldade não era do Comitê de
1811 Ética, mas de espaços, pois o prédio amarelo ainda não tinha sido totalmente cedido pela justiça, que na
1812 verdade já tinha passado do prazo. Inclusive estava sendo acionado para que aquele prédio que seria
1813 reformado desse mais um espaço e proximidade com a gestão. Enquanto isso havia a determinação de que
1814 aluguéis não poderiam ser realizados se não fossem verificados e não houvesse nenhum local dentro do
1815 Estado que pudesse abrigar aquela organização que precisasse de espaço. Então, não era simplesmente a
1816 vontade de alugar, mas a SAEB era quem determinava se iria realizar aluguel, porque não se tinha espaço
1817 e na verdade todo aquele enfrentamento era bilateral, não só do CES, mas também da gestão, e não havia
1818 nenhuma tentativa de dizer que não iria fazer e não iria dar seqüência. Comentou que se limitaria àquele
1819 tipo de comentário, pois quando recebesse os comentários por escrito faria as solicitações, para que os
1820 departamentos responsáveis e que tinham a obrigação de prover as respostas assim fizessem. O Senhor
1821 Presidente comentou que a apresentação do Segundo Quadrimestre não precisaria tirar nenhum relator
1822 parecerista, todas as considerações que fossem feitas iriam ser tiradas do áudio, mas também queriam a
1823 colaboração dos conselheiros, que encaminhassem para a Secretaria Executiva do CES, porque estavam
1824 fazendo a mensuração para que o Relatório de Gestão fosse encaminhado para o conselheiro designado a
1825 realizar o parecer do relatório de 2015. O Conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas declarou que
1826 diante da situação que estava colocada naquela reunião havia pessoas que estavam com eminência de ter
1827 um problema, de desmaiar por causa da fome. Propôs que fizessem a inversão de pauta, pois diante do
1828 quadro que estava instalado não havia a mínima condição de manter aquela pauta. Existia um ponto
1829 imprescindível para que se discutisse naquele pleno, que era a questão da eleição do CES, o prazo estava
1830 se esgotando, já era para ter sido realizada desde o mês de setembro e seria preciso fazer a prorrogação do
1831 mandato. Sugeriu instalar uma comissão eleitoral para dar andamento e agendar uma reunião
1832 extraordinária para que se discutisse a questão da 15ª Conferência Nacional de Saúde e a programação
1833 para a viagem. Solicitou que a mesa não marcasse mais reuniões para o dia inteiro, porque a gestão não se
1834 programava e não havia a capacidade para garantir que a reunião o dia inteiro funcionasse. O Senhor
1835 Presidente agradeceu ao subsecretário e ao Sr. Jober pela apresentação e colocou para aprovação a
1836 proposta do Conselheiro Fernando Dantas sobre a inversão de pauta. Comunicou que já havia cadastrado
1837 todos no sistema e uma parte da equipe estava comprando as passagens. Disse que foi informado pelo
1838 Conselho Nacional de Saúde – CNS que tinha sido passada que todas as pessoas portadoras de deficiência
1839 física iriam no dia 30/11, e as pessoas não portadoras de deficiência estariam viajando no dia 1º de
1840 dezembro. Estavam organizando uma reunião da mesa na segunda-feira no turno da manhã para tentar
1841 viabilizar uma reunião no Instituto Anísio Teixeira – IAT e só estava faltando definir a questão do almoço
1842 para o dia 23 que tinha sido o horário que conseguiram. Portanto, diante da proposta do Conselheiro
1843 Fernando em somente realizar em um turno levariam para que a mesa discutisse o que seria melhor e o
1844 que estaria garantido. Colocou para apreciação do pleno a proposta do Conselheiro Fernando quanto à
1845 prorrogação do mandato em relação à eleição do CES. O Conselheiro Francisco José Sousa e Silva
1846 comentou que a preocupação naquela discussão era porque o exercício do CES do ano de 2015 estava
1847 findando, em dezembro acabava o ano e legalmente aquela última gestão do CES teve posse de
1848 recondução no mês de setembro há dois anos passados, onde foi preciso fazer uma eleição complementar,
1849 tinha sido dado um prazo prorrogado para o mês de novembro, já estavam no referido mês, e com toda a
1850 dificuldade que inclusive já tinha sido discutida no CES naquele dia e para não correr riscos exteriores,
1851 porque os interiores já tinham corrido e debatido com a gestão, que foi o que aconteceu ali naquele dia.
1852 Estava ponderando para que se prorrogasse aquele mandato até o mês de fevereiro de 2016, em que
1853 deveria ocorrer já com a data marcada a eleição para o exercício de 2016 e 2017 do Conselho Estadual de
1854 Saúde. Sugeriu que naquele momento fosse escolhida a Comissão Eleitoral que iniciaria os trabalhos para
1855 lançar o edital, sendo que ele ficaria à disposição do público no final do mês de novembro, no mês de
1856 dezembro e no mês de janeiro até praticamente o prazo, para que se estabelecesse a data para a eleição no
1857 mês de fevereiro. Entretanto, que fosse contado o prazo legal que estava no Regimento do CES, em
1858 fevereiro fariam a eleição e logo em seguida dariam posse à nova gestão do CES. O Senhor Presidente
1859 comunicou que o Conselheiro Francisco José havia colocado a proposta de prorrogação de prazo para

1860 noventa dias, até o mês de fevereiro e deu encaminhamento para que se tirasse uma comissão eleitoral. A
 1861 Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho se colocou contrária à proposta declarando que estava no
 1862 CES há dois anos, entendia que tinha chegado a um conselho já reconduzido, mas acreditava que a
 1863 recondução entrava em um círculo muito complicado. Parecia-lhe que regimentalmente eram trinta dias
 1864 para que se instalasse a comissão eleitoral e a eleição, e pensava que não tinha mais como adia-la.
 1865 Entendia que o conselho havia passado por uma série de problemas em relação à comissão, o consórcio
 1866 naquele ano tinha sido super atípico, mas já tinha chegado em uma gestão em que o CES já tinha sido
 1867 reconduzido, por isso se colocava contrária, e se regimentalmente eram trinta dias para se realizar a
 1868 eleição, então tinha que instalar e fazer a eleição. O Senhor Presidente colocou em votação a proposta do
 1869 Conselheiro Francisco sobre a prorrogação da eleição até o mês de fevereiro, já com a retirada da
 1870 comissão eleitoral naquele momento, bem como a proposta contrária da Conselheira Lílian Fátima, onde
 1871 regimentalmente seria até trinta dias. Foi aprovada a proposta do Conselheiro Francisco José com 18
 1872 votos a favor e um voto contrário. O Conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas declarou que se
 1873 levasse em consideração que a comissão teria que ser paritária, sendo 2 usuários, 1 gestor e 1 trabalhador,
 1874 a sua proposta seria de uma comissão com 4 membros: 02 usuários, 1 trabalhador e 1 gestor e seus
 1875 suplentes. No segmento de usuários: Ricardo Mendonça e Francisco José; no segmento trabalhador:
 1876 Josivaldo de Jesus Gonçalves; e no segmento gestor, a Conselheira Déborah Dourado Lopes. Suplência:
 1877 no segmento de usuários: Lázaro e Antônio Lago; e no segmento trabalhador: Célia Alexandria. A
 1878 Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho comunicou que era candidata a participar da comissão
 1879 eleitoral representando o segmento de usuários. O Senhor Presidente comunicou que o Conselheiro
 1880 Antônio Lago havia aberto mão para que a Conselheira Isadora entrasse no seu lugar. O Conselheiro
 1881 Fernando Antônio Duarte Dantas informou que diante da manifestação da Conselheira Lílian Fátima
 1882 sugeria que o Conselheiro Lázaro cedesse o lugar para a mesma na suplência da comissão. O Conselheiro
 1883 Ivonildo Dourado Bastos comentou que pelo fato da comissão ser paritária, a sua indicação seria que o
 1884 segmento usuário se definisse enquanto usuário, os trabalhadores, gestores e prestadores da mesma forma,
 1885 para que cada segmento definisse quem eram as suas representações na comissão, pois se tratava de um
 1886 encaminhamento do mesmo jeito que o Conselheiro Fernando Dantas tinha feito, uma proposição de uma
 1887 comissão já montada. E outras propostas foram elencadas, estava colocando o encaminhamento por
 1888 segmento, usuários definiriam quem seriam os usuários da comissão, trabalhadores definiriam quem
 1889 seriam os trabalhadores e o segmento gestor/prestador definiria quem seriam os seus representantes na
 1890 comissão. Era óbvio, e tinha sido daquela forma na 9ª CONFERES na escolha dos delegados. O Senhor
 1891 Presidente informou que uma comissão havia sido ampliada e cada conselheiro se propôs a colocar o
 1892 nome. O Conselheiro Fernando Dantas havia levado a indicação de alguns nomes, já tinha acontecido o
 1893 consenso do Conselheiro Lago abrindo mão para que a Conselheira Lílian Fátima ficasse na suplência e a
 1894 mesma não havia concordado, e tinha uma segunda hipótese. Quanto à questão de gestor/ prestador havia
 1895 indicado o nome da Conselheira Déborah e a gestão que estava presente indicaria outro nome só ficando
 1896 para definir com relação à gestão quem seria o titular e quem seria a suplência. Colocou duas propostas
 1897 em regime de votação: a primeira do Conselheiro Fernando Dantas e a segunda da Conselheira Lílian
 1898 Fátima que não havia aceitado a suplência e sim a titularidade. Com 19 votos foi eleita a proposta do
 1899 Conselheiro Fernando, sendo que obteve 02 votos para a proposta da Conselheira Lílian Fátima e
 1900 nenhuma abstenção. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão e
 1901 agendando a próxima reunião para o dia dez de dezembro de dois mil e quinze, às nove horas. Não
 1902 havendo mais o que tratar, eu, Arão Capinam de Oliveira, lavrei a presente ata, que será assinada pelo
 1903 Senhor Presidente do CES e pelos senhores conselheiros, após lida e aprovada.
 1904 Salvador, 12 de novembro de 2015.

- 1905
- 1906 - **Ricardo Luís Dias Mendonça** – *Presidente do CES - Central Única dos Trabalhadores (CUT)* -
 1907 *Segmento de Usuários* _____
- 1908 - **Arão Capinam de Oliveira** – *Secretário Executivo do CES* _____
- 1909 - **Ângela Macedo Magalhães** – *Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB – Segmento de*
 1910 *Usuários* _____
- 1911 - **Ângela Rosa Marques Reis** – *Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (RNP+BA)* –
 1912 *Segmento de Usuários* _____
- 1913 - **Antônio do Lago de Souza** – *Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – Segmento de*
 1914 *Usuários* _____

- 1915 - **Antonio Marcos de Almeida Sampaio** - Instituto Kutala'Nleeke - Segmento de
1916 *Usuários*_____
- 1917 - **Célia Maria Alexandria de Oliveira** - Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho,
1918 *Previdência e Assistência Social do Estado da Bahia - SINDPREV - Segmento de*
1919 *Trabalhadores*_____
- 1920 - **Célia Silva Pereira** - Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema Mental
1921 *do Estado da Bahia - Segmento de Usuários*_____
- 1922 - **Cícero Figueiredo Ribeiro** - SINDHOSBA (Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de
1923 *Saúde do Estado da Bahia) - Segmento de Prestadores*_____
- 1924 - **Déborah Dourado Lopes** - Ministério da Saúde - Segmento Gestor_____
- 1925 - **Edson Morais de Oliveira** - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de Doenças
1926 *Endêmicas e Epidemiológicas do Estado da Bahia - Segmento de Trabalhadores*
1927 _____
- 1928 - **Eliane Araújo Simões** - CRF (Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia) - Segmento de
1929 *Trabalhadores*_____
- 1930 - **Fernando Antônio Duarte Dantas** - Centro de Estudo, Prevenção e Apoio aos Portadores de
1931 *LER/DORT - Segmento de Usuários*_____
- 1932 - **Francisco José Sousa e Silva** - Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB -
1933 *Segmento de Usuários*_____
- 1934 - **Ivonildo Dourado Bastos** - SESAB (Secretaria da Saúde do Estado da Bahia) - Segmento de
1935 *Gestores*_____
- 1936 - **Jorge Geraldo de Jesus Rosário** - UGT (União Geral dos Trabalhadores) - Segmento de
1937 *Usuários*_____
- 1938 - **José Silvino Gonçalves dos Santos** - CAPDEVER (Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre
1939 *Ezequiel) - Segmento de Usuários*_____
- 1940 - **Josivaldo de Jesus Gonçalves** - SINDIACS (Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Sul da
1941 *Bahia) - Segmento de Trabalhadores*_____
- 1942 - **Lázaro Ribeiro de Souza** - Central Única dos Trabalhadores (CUT) - Segmento de
1943 *Usuários*_____
- 1944 - **Leonídia Laranjeira Fernandes** - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado
1945 *da Bahia (SINDPREV) - Segmento de Trabalhadores*
- 1946 - **Lilian Fátima Barbosa Marinho** - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde - Segmento de
1947 *Usuários*_____
- 1948 - **Liliane Elze Falcão Lins Kusterer** - CROBA - Conselho Regional de Odontologia da Bahia -
1949 *Segmento de Trabalhadores*_____
- 1950 - **Lourani Maria Carneiro** - Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) - Segmento de
1951 *Usuários*_____
- 1952 - **Luiz Américo Pereira Câmara** - Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia (SINDMED) - Segmento
1953 *de Trabalhadores*_____

- 1954 - **Maria do Carmo Brito de Moraes** – *Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia – SEEB –*
1955 *Segmento de Trabalhadores*_____
- 1956 - **Marcos Antonio Almeida Sampaio** - *Instituto Kutala'Nleeke – Segmento de Usuários*_____
- 1957 - **Paulo Sérgio Pereira Costa** – *BAHIAFARMA – Segmento de Prestadores*_____
- 1958 - **Roberto Lima Machado** – *SINDIACS – Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Sul da Bahia*
1959 *– Segmento de Trabalhadores*_____
- 1960 - **Rosa Beatriz Graça Marinho** – *Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS – Segmento de*
1961 *Usuários*_____
- 1962 - **Waldir Cerqueira dos Santos** – *Rede Privada Sindicato dos Trabalhadores em Santas Casas,*
1963 *Entidades Filantrópicas, Beneficentes e Religiosas e em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do*
1964 *Estado da Bahia – Segmento de Trabalhadores*_____
- 1965 - **Walney Magno de Souza** - *Associação Indígena Tupinambá de Olivença – Segmento de*
1966 *Usuários*_____
- 1967
- 1968
- 1969
- 1970
- 1971
- 1972
- 1973
- 1974
- 1975
- 1976
- 1977
- 1978
- 1979
- 1980
- 1981
- 1982
- 1983
- 1984
- 1985
- 1986